



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ACTA N.º 05/X-1º/2009-10

1 - Aos dezoito dias do mês de Dezembro de dois mil e nove, pelas 21H15, nas instalações da Cooperativa de Consumo Piedense, sita na Rua da Cooperativa Piedense, nº 94, em Almada, realizou-se a Segunda Reunião da Sessão Ordinária referente ao mês de Dezembro da Assembleia Municipal, com a seguinte agenda:-----

1 - Período de Antes da Ordem do Dia-----

2 - Período de Intervenção dos Cidadãos-----

3 - Período da Ordem do Dia-----

3. 1 - Designação de Titulares de Cargos Exteriores à Assembleia;-----

3.1.1 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Almada (Aviso nº 7730/2009-DR 2ª S, nº 69 de 08 de Abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro);-----

3.1.2 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (Despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ª S, nº 110 de 08 de Junho, com as alterações entretanto Introduzidas);-----

3.1.3 - Designação do Representante da Assembleia Municipal no Concelho Consultivo do Observatório de Água da Península de Setúbal (Deliberação da Assembleia, nº 2 do Edital nº 137/IX-2º/2007 de 01 de Outubro);-----

3.1.4 - Designação do Representante do Município no Conselho da Comunidade do Agrupamento de Centros de Saúde da Península de Setúbal I - Almada (Decreto-Lei nº 28/2008, de 22 de Fevereiro, DR 1ª S, nº 38 e demais legislação aplicável, designadamente o DL nº 81/2009, de 02 de Abril, DR 1ª S nº 65 e Portaria 276/2009 de 18 de Março);-----

3.1.5 - Designação dos Representantes da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Capitulo V, Cláusula 9ª);-----

3.1.6 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia Representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação (DL nº 7/2003, de 15 de Janeiro e Lei nº 41/2003, de 22 de Agosto, artigo 5º, nº 1, alínea d);-----

3.1.7 - Eleição do Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (DL nº 136/96, de 14 de Agosto, artigo 133º nº 4 alínea d)).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 3.2 – Constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento da Implementação da Linha de Muito Alta Tensão no Concelho de Almada;-----
- 3.3 – Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal;-----
- 3.4 – Apreciação e votação das Propostas da Câmara Municipal sobre:-----
- 3.4.1 - "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010";-----
- 3.4.2 - "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010".-----
- 3.5 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Afectação do domínio público municipal e a concessão de exploração de duas parcelas e edifício destinados respectivamente a estações de serviço de abastecimento de combustíveis e uma área de serviço para automóveis.-----
- 2 - Fez-se a chamada dos Srs. Deputados Municipais e foi verificado o quórum.-----
- 3 - Dos quarenta e quatro eleitos não se registaram faltas à reunião.-----
- 3.1 - Responderam à chamada os seguintes Srs. Deputados Municipais:-----
José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Sérgio Neves Correia Taipas; Paula Cristina Loureiro Coelho; Maria Luísa Rodrigues Barros de Almeida Beato; Francisco José Gonçalves Guerreiro; Elisabete Peres Pereira; José Augusto Tavares Oliveira; Miguel António Alves Duarte; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Francisco Ludovico da Costa; Ana Marques Serra e Moura Salvado; Armando de Jesus Barata; Ana Isabel Vieira Dias de Moura; Luís Miguel Ferreira Varela Pais; António Francisco Salgueiro; Luís Filipe da Cruz Pereira; Maria Ermelinda Costa Almeida Toscano; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Jorge Sousa de Pena; Fernando Albino D'Andrade Mendes; António José Pinho Gaspar Neves; Ricardo Jorge Cordeiro Louça; José Manuel Pereira; Mara Andreia Gonçalves Figueiredo; António Abrantes de Almeida; Francisca Luís Baptista Parreira; Margarida Maria de Ceia Hasse Ferreira; Miguel Ângelo Moura Salvado.-----
- 4 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.-----
- 4.1 - O Presidente anunciou o pedido de Suspensão de Mandato, por um período até 365 dias, do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, nos termos e para os efeitos do artigo 79º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, (**Conforme ANEXO I**).-----
- 4.1.1 - O Pedido de Suspensão de Mandato que submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 4.2 - O Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos Srs. Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência, prevista no artigo 78º, da Lei nº 169/99, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:-----
- O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel Domingues Barata, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO II**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal João Eduardo Alves de Moura Geraldes, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO III**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal Helder de Jesus Dias Viegas, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO IV**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal Carlos Manuel Dantas dos Santos, com Ausência nos dias 18 e 21 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO V**).-----
 - O Sr. Deputado Municipal Vitor Manuel dos Santos Castanheira, com Ausência no dia 18 de Dezembro de 2009, (**Conforme ANEXO VI**).-----
- 4.3 - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:-----
- O Candidato Exm.º Sr. José Gabriel Guiomar Joaquim, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 18 de Dezembro, do eleito Sr. Vitor Manuel Domingues Barata, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. José João Santos da Mata, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 18 de Dezembro, do eleito Sr. João Eduardo Alves de Moura Geraldes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO VIII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Henrique Rosa Carreiras, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 18 de Dezembro, do eleito Sr. Helder de Jesus Dias Viegas e por impedimento da cidadã Sr.ª Cátia Sofia Canelas Gaudêncio e do cidadão Hernâni José Pereira Peixoto de Magalhães, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXOS IX, X e XI**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência nos dias 18 e 21 de Dezembro, do eleito Sr. Carlos Manuel Dantas dos Santos, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XII**).-----
 - O Candidato Exm.º Sr. Vitor Manuel Monteiro Rolo, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- e que ocupa a vaga ocorrida por Ausência no dia 18 de Dezembro, do eleito Sr. Vitor Manuel dos Santos Castanheira, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIII**).-----
- O Candidato Exm.º Sr. Henrique Mesquita Pires, nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e que ocupa a vaga ocorrida por Suspensão de mandato por um período até 365 dias, do eleito Sr. Manuel Maria Braga de Marques Gomes, (**Conforme Auto de Tomada de Posse, ANEXO XIV**).-----
- 4.4 - O Presidente da Assembleia Municipal informou das comunicações das Juntas de Freguesia de Cacilhas, Caparica, Charneca de Caparica e Pragal, em que para os efeitos da alínea c), do nº 1, do artigo 38º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, devido a justo impedimento dos Presidentes do Órgão Autárquico são substituídos na Reunião da Assembleia Municipal pelos eleitos nas Juntas de Freguesia, Sr. Rui Ribeiro Perdigão, Sr. José Alberto Santos Cabete, Sr. Manuel de Passos Pacheco Simões e o Sr. Miguel Simão Ramalhete da Costa Rodrigues, respectivamente, (**Conforme ANEXOS XV, XVI, XVII e XVIII**).-----
- 4.5 - Usou da palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal para prestar informação aos Srs. Deputados Municipais.-----
- 4.5.1 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----
"Srs. Deputados Municipais;-----
Dar-vos nota que está a ser distribuído um comunicado e outra documentação enviada pela Direcção da AIPICA relativamente ao assunto aqui abordado ontem através de duas Moções. Não é que se vá discutir mas está entregue a cada um dos Eleitos para considerarem a posição de cada um dos lados."-----
- 5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos que foi de imediato encerrado por não se verificar qualquer inscrição para uso da palavra.-----
- 6 - Passou-se ao Período da Ordem do Dia.-----
- 6.1 - Entrou-se no ponto 3.1 da agenda com a designação de titulares de cargos exteriores à Assembleia:-----
- 6.1.1 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Almada (Aviso nº 7730/2009-DR, 2ª S, nº 69, de 08 de Abril e Portaria nº 1474/2007, de 16 de Novembro).-----
- 6.1.2 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica (Despacho do SEOTC nº 11.191/2007, DR 2ª S, nº 110, de 08 de Junho).-----
- 6.1.3 - Designação do Representante da Assembleia Municipal na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica (Protocolo de Acordo entre MAOT/CMA, Capítulo V, Clausula 9ª).-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- 6.1.4 - Designação do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Consultivo do Observatório de Água da Península de Setúbal (Deliberação da Assembleia, nº 2 do Edital nº 137/IX-2º/2007, de 01 de Outubro).-----
- 6.1.5 - Eleição do Presidente da Junta de Freguesia Representante das Freguesias no Conselho Municipal de Educação (DL nº 7/2003, de 15 de Janeiro e Lei nº 41/E2003, de 22 de Agosto, artigo 5º. nº 1, alínea d).-----
- 6.1.6 - Eleição do Autarca de Freguesia para Vogal do Conselho Cinegético Municipal (DL nº 136/96, de 14 de Agosto, artigo 133º, nº 4, alínea d)).-----
- 6.1.7 - Foi declarado aberto o período de apresentação de candidaturas.-----
- 6.1.7.1 - Deram entrada na Mesa seis propostas de candidatura referentes às respectivas eleições e designadas todas elas por Lista A, assim como as declarações de aceitação de candidatura de cada um dos candidatos, (**Conforme ANEXOS XIX, XX, XXI, XXII, XXIII, XXIV, XV, XVI, XVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXI, XXXII, XXXIII, XXXIV, XXXV, XXXVI, XXXVII, XXXVIII e XXXIX**).-----
- 6.1.7.2 - Não havendo mais propostas nem pedidos de palavra procedeu-se à distribuição dos boletins de voto e realizou-se a chamada, tendo os Srs. Deputados presentes exercido o seu direito de voto.----
- 6.1.7.3 - Findas as votações as Sr.^{as} Deputadas Secretárias da Mesa procederam ao escrutínio.-----
- 6.1.7.4 - O Presidente anunciou o resultado das votações em que se registaram:-----
- 6.1.7.4.1 - Para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal de Almada - quarenta e três votantes: quarenta e um votos sim e dois votos não.-----
- 6.1.7.4.2 - Para a Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica - quarenta e três votantes: quarenta e um votos sim, um voto não e uma abstenção.-----
- 6.1.7.4.3 - Para a Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica - quarenta e três votantes: quarenta e três votos sim.-----
- 6.1.7.4.4 - Para o Conselho Consultivo do Observatório de Água da Península de Setúbal - quarenta e três votantes: quarenta e um votos sim e duas abstenções.-----
- 6.1.7.4.5 - Para o Conselho Municipal de Educação - quarenta e três votantes: quarenta votos sim, dois votos não e uma abstenção.-----
- 6.1.7.4.6 - Para Vogal do Conselho Cinegético Municipal - quarenta e três votantes: quarenta e um votos sim e duas abstenções.-----
- 6.1.8 - Nestes termos o Presidente proclamou eleitos como:-----
- Representantes na Comissão de Acompanhamento da Revisão do Plano Director Municipal:-----
Efectivo o Deputado Municipal Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida - Presidente da Assembleia Municipal e Suplente o Deputado Municipal Sr. Luís Filipe da Cruz Pereira.-----
 - Representantes na Comissão de Acompanhamento das Intervenções na Costa da Caparica:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Efectivo o Deputado Municipal Sr. Carlos Manuel Dantas Santos e Suplente o Deputado Municipal Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida - Presidente da Assembleia Municipal.-----

- Representantes na Comissão de Acompanhamento do Programa Polis na Costa da Caparica:-----
a Deputada Municipal Sr.^a Paula Cristina Loureiro Coelho; o Deputado Municipal Sr. José Joaquim Machado Courinha Leitão; o Deputado Municipal Sr. Domingos Almeida Lima; o Deputado Municipal Sr. Luís Filipe da Cruz Pereira; o Deputado Municipal Sr. Fernando Jorge Sousa da Pena.-----

- Representantes no Conselho Consultivo do Observatório da Área da Península de Setúbal:-----
Efectivo o Deputado Municipal Sr. Francisco José Gonçalves Guerreiro e Suplente a Deputada Municipal Sr.^a Ana Isabel Vieira Dias Moura.-----

- Representante de Junta de Freguesia em representação das Freguesias no Conselho Municipal de Educação:-----

Efectivo o Presidente da Junta de Freguesia do Laranjeiro, Sr.^a Mara Andreia Gonçalves Figueiredo e Suplente o Presidente da Junta de Freguesia da Charneca de Caparica, Sr. Fernando Jorge Fernandes.-----

- Representes das Freguesias no Conselho Cinegético Municipal:-----
Efectivo o Autarca da Freguesia de Cacilhas, Sr. Miguel Ângelo Moura Salvado e Suplente o Autarca da Freguesia da Trafaria, Sr. Francisco José Cepeda F. Leitão.-----

6.2 - Entrou-se no ponto 3.2 da agenda com a Constituição da Comissão Eventual de Acompanhamento da Implementação da Linha de Muito Alta Tensão no Concelho de Almada, (**Conforme ANEXO XL**).-----

6.2.1 - Não havendo pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação do Projecto de Deliberação apresentado pela Mesa da Assembleia, que foi aprovado por unanimidade, através da seguinte deliberação:-----

Deliberação

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Plenário no dia 18 de Dezembro de 2009, nos termos e para os efeitos do artigo 53º, nº 1, alínea j), da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e do artigo 92º do Regimento, delibera:----

1 - Criar uma Comissão Eventual para Acompanhamento do Processo da Linha de Muito Alta Tensão.-----

2 - A Comissão Eventual tem a seguinte composição:-----

a) Um Eleito de Cada Grupo Municipal (CDU, PS, PSD, BE e CDS-PP)-----

b) O Presidente da Assembleia Municipal e os Presidentes das Juntas de Freguesia da Caparica, Charneca de Caparica e Trafaria.-----

3 - A Comissão Eventual tem por objecto:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- a) O acompanhamento do processo relativo à implementação da Linha de Muito Alta Tensão, tendo em consideração as deliberações aprovadas pela Assembleia Municipal.--
- b) A ligação aos Cidadãos, designadamente através das Estruturas Representativas dos Presidentes e das Organizações Locais.-----
- c) A articulação com a Câmara Municipal.-----

4 - Sempre que haja evolução da situação deve a Comissão relatar os factos ao Plenário da Assembleia.-----

6.3 - Entrou-se no ponto 3.3 da agenda com a apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Actividade Municipal, (**Conforme ANEXO XLI**).-----

6.3.1 - Usou da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara para apresentar a referida informação.-----

6.3.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Relativamente à Actividade Municipal poder-se-ia dizer que a Câmara tal como a Assembleia Municipal foi instalada no dia 30 de Outubro, durante o mês de Novembro implementou todo um conjunto de decisões que neste período foram tomadas e que permitiram a entrada em funcionamento pleno das nossas actividades e elaborou a proposta de Plano das Grandes Opções do Plano que hoje, que nesta Assembleia Municipal será apreciada.-----

Entendemos que não deveríamos dizer só isto, entendemos que tendo condições para dar à Assembleia uma informação sobre o período que decorreu entre Agosto e Outubro que o deveríamos fazer. Dirigimos aos serviços essas indicações e naturalmente que pensamos que é importante para quem está a começar este seu Mandato, alguns dos Srs. e Sr.^{as} Deputadas já vêm do Mandato anterior, mas muitos outros estão pela primeira vez, que seria importante facultar toda esta informação sobre a Actividade Municipal de modo também a que melhor comecemos a acompanhar o que no nosso Concelho se faz todos os dias nas diferentes áreas da nossa vida local.-----

Quer eu, quer o Sr. Presidente dos SMAS ficaremos à vossa disposição para os esclarecimentos que nos queiram solicitar, os reparos, as ideias."-----

6.3.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Miguel Salvado; António Pedro Maco; Sérgio Bastos; Manuel Batista; Ana Margarida Lourenço; Francisca Parreira; Fernando Pena, António Neves; Ana Margarida Lourenço; Miguel Salvado; Fernando Pena; José Joaquim Leitão; Luís Varela Pais e a Sr.^a Presidente da Câmara.-----

6.3.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Informação da Actividade Municipal-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Destacamos neste documento de Informação da Actividade Autárquica dos meses de Agosto, Setembro e Outubro de 2009.-----

Aspectos como:-----

Programa de Apoio Alimentar achamos que devemos realçar o facto de estar previsto o fornecimento superior a um milhão de refeições para mais de 7000 alunos do 1º ciclo do ensino básico, durante o ano lectivo de 2009/2010.-----

A garantia do regular funcionamento do serviço de Transporte Adaptado destinado a jovens com deficiência física.-----

Ter sido assegurado o fornecimento de uma refeição diária quente às crianças a frequentar estabelecimentos do Ensino Básico do 1º Ciclo e Pré-escolar da rede pública.-----

Uma referência à exposição “FAZER CAMINHOS”, no Museu da Cidade. Visitei esta exposição sobre a evolução dos transportes no nosso Concelho. É uma excelente exposição fotográfica, acompanhada de bons textos que ilustram de modo claro a sua importância.-----

Por trás desta exposição está uma equipa de trabalho, que desde a Concepção à Execução e Montagem, garantiu a sua realização, os nossos parabéns.-----

Registam-se outras realizações, mas quisemos destacar estas.-----

Sr.ª Presidente-----

Aproveitamos, como sempre fazemos, para colocar questões que julgamos de manifesto interesse da nossa população.-----

Foi com agrado que todos assistimos ao regresso do Farol a Cacilhas, o assunto que aqui colocamos é do conhecimento de todos e tem a ver com a necessidade de colocar uma vedação de protecção na envolvente do Farol. Segundo informação da CMA o projecto está com o arquitecto responsável. Entretanto, os meses vão passando e ninguém deseja que ocorram acidentes.-----

Na Av.ª 25 de Abril, torna-se necessário criar limitadores de velocidade, o excesso de velocidade praticado coloca em perigo constante as pessoas que por ali passam, sobretudo muitos dos idosos que tem dificuldade de locomoção. Na Assembleia de Freguesia de Cacilhas foi já aprovada uma moção sobre o assunto; gostaríamos que a CMA nos informasse se de facto já existe alguma perspectiva para minimizar este problema.-----

Apelamos para que seja verificada a saída do parque de estacionamento da Margueirinha (na Av.ª 25 de Abril), a falta de visibilidade é evidente porque os veículos estacionados do lado esquerdo impedem a visão. Pode dizer-se que a saída de um parque é feita com o máximo cuidado o que é verdade, mas o problema é que só se consegue ver se vem algum veículo, quando a frente do carro está em cima da via. Na Assembleia de Freguesia também já foi aprovada uma moção sobre o assunto.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No início da rua da Liberdade, do lado esquerdo de quem se dirige para Almada, encontra-se uma obra em estado de “coma profundo”, sobre este assunto coloco duas questões:-----

A primeira tem a ver com a grua (com dezenas de metros de altura) que ali se encontra plantada e creio que ninguém pode garantir que a mesma não venha a sofrer com o tempo o desgaste e a fadiga que possa levar à sua queda.-----

A questão que se coloca é: Se há esperança que o estado de coma não seja irreversível e sendo qual a perspectiva para retirar a grua daquele local.-----

Esta obra encontra-se devidamente entaipada, deixando aos peões um passeio não muito largo mas suficiente, o problema que aqui coloco é que nesse passeio foi colocado um contentor que obriga as pessoas a circular pela estrada, acredito que esta situação tem que ser revista.-----

Para terminar-----

Na Cova da Piedade o painel de azulejos na paragem dos autocarros necessita de intervenção, além de três assinaturas rabiscadas que danificam aquele trabalho artístico o próprio muro apresenta uma fenda a necessitar de reparação. Aquele painel de azulejos é um exemplo de arte pública que importa preservar.”-----

6.3.2.2 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Vamos aproveitar também em nome do PSD, este ponto da nossa Ordem de Trabalhos, também para levantar algumas questões do dia-a-dia do nosso Concelho que achamos importantes e que nos suscitam algumas dúvidas e para as quais também pedimos alguma informação que muitas vezes não é suficiente no Relatório da Actividade Municipal que nos é distribuído, apesar de ser um Relatório denso.-----

Ontem aqui falou-se da limpeza urbana por parte do PSD e realçamos e acolhemos com agrado os valores que a Sr.^a Presidente nos transmitiu da recolha.-----

Em relação à limpeza urbana dizer só o seguinte, obviamente que se recolhe muito lixo, mas continuamos a ter muito lixo nas nossas ruas. Muitas vezes também por falta de civismo e isto é verdade. E no caso dos graffitis nós cada vez mais vemos isso. A Câmara lançou um concurso de graffitis e bem, que inclusive já foram atribuídos os prémios, mas continua a ser por todo o lado e agora cada vez mais vê-se um novo fenómeno que é os graffitis no alto dos edifícios, no alto dos monumentos, até no edifício da Câmara nos silos ali da Margueira que são propriedade municipal, até aí, aquilo está infestado. E não é bom. Obviamente que a culpa não é da Câmara, a culpa é de todos nós e a culpa é principalmente daqueles que o fazem. É uma falta de civismo, mas é um problema que nós se calhar aqui com mais calma temos que reflectir noutra assembleia, porque o concurso de graffitis é importante mas não chega nem nada que se pareça, é apenas um incentivo,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

mas é algo que eu gostava de deixar aqui como alerta porque é uma grande preocupação também do meu Partido.-----

Saber em que ponto é que está o Plano Almada Ciclável, quais são as intenções da Câmara em relação ao Plano que é um Plano que se vai desenvolvendo ao longo dos anos mas qual é a perspectiva da Câmara e quais os próximos projectos a avançar deste Plano? Em que situação é que está a possibilidade dos mini-autocarros e do bus para Almada Centro, inclusive o percurso que está delineado. Que se é o percurso que me foi dado conhecimento é um bom percurso e faz todo o sentido porque é uma zona que não é servida por carreiras e autocarros dos TST.-----

O Forte da Trafaria em que ponto é que está, visto que a Câmara neste momento tem uma nova intenção para o Forte da Trafaria, que penso que deixou de ser a Escola de Hotelaria e como é aqui referido no documento que nos foi distribuído.-----

Em que situação é que está o Planos das Vias Periféricas da Aroeira visto que é um Plano que já vem sendo referido nos Relatórios da Actividade Municipal há cerca de três quatro anos, é algo recorrente aqui no nosso Relatório mas que nunca passa da elaboração do Plano e gostaríamos também de saber em que ponto é que isso está e para quando. Duas informações, uma em relação a um edifício que eu sei que não é da competência da Câmara, é da competência da Transtejo e da APL quanto muito, mas às vezes a Câmara pode ter informação e é importante para nós enquanto eleitos, não só municipais, mas como das Freguesias, neste caso da Freguesia de Cacilhas, mas tem a ver com o edifício do Terminal 2 de Cacilhas, que é um edifício que está-se a degradar, que inclusive já caem chapas do telhado para o meio da rua e inclusive um edifício já começa a ser perigoso, até para as pessoas e para os carros que costumam lá passar e costumam estar lá parados.-----

Em que ponto é que está o Plano do Almaraz, visto que foi-nos dito há uns meses atrás pelo Arquitecto Ricardo Carneiro, na altura numa Sessão Extraordinária da Assembleia de Freguesia de Cacilhas que foi feita de propósito por causa do Plano Almaraz, foi-nos dito que em Outubro/Novembro iria haver novidades, já estamos em Dezembro, gostaríamos de saber se há novidades ou não? E depois deixar aqui uma pequena reflexão que tem a ver com uma situação que a Câmara e que já foi aqui amplamente discutida, que é mais uma vez a zona pedonal de Almada. Só que neste momento avançamos de uma zona pedonal em que era frequentada por um ou outro carro, por uma zona pedonal que é frequentada por centenas ou milhares de carros todos os dias. Aquilo é tudo menos uma zona pedonal. E com o tempo temo que ainda seja pior. Como agora existe também o parque de estacionamento da Av.^a e bem, concordamos com o Parque, achamos que o Parque no auto-monumental foi uma excelente ideia, mas as pessoas aproveitam o Parque para percorrer toda a Avenida e aproveitam o Parque para fazer a zona pedonal, e cada vez mais aquilo é



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

um perigo. Eu há dias tive a oportunidade de ir parar ao Parque e quando vinha a sair vi que o trânsito à saída do Parque era mais do que muito. E aquilo não é uma zona pedonal. Por isso, passou as eleições, passou o período autárquico o mais complicado, temos quatro anos de Mandato, se calhar era uma altura boa para a Câmara, para a Vereação, para a Assembleia Municipal reflectir. Porque aquilo cada vez menos é uma zona pedonal. E quando havia algum controlo por parte dos fiscais da ECALMA ainda mais ou menos a coisa ia sendo controlada. Neste momento aquilo é um trânsito medonho todos os dias. E era esta pequena reflexão que eu gostaria de vos deixar e estas perguntas."-----

6.3.2.3 - O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós gostaríamos de saber em que pé é que está a situação do Centro Comercial M. Bica, portanto a situação em que foi disponibilizada pela Administração do Centro uma série de números de lojas para que seja instalada a Loja do Cidadão. E temos indicação que à partida estaria para ser enviado um técnico para vistoriar essas mesmas lojas. Gostaríamos de saber em que ponto é que está essa situação."-----

6.3.2.4 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Bastos (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Na informação que foi distribuída, na página 33 vem uma referência a que foi assegurado o acompanhamento dos processos relativos à áreas de génese urbana no Concelho de Almada, face também às recentes declarações que tive a oportunidade de ler a propósito dos problemas ocorridos no Bairro de S. Gabriel, da existência de setenta áreas AUGI no Concelho de Almada, gostaria de saber em primeiro lugar se a Câmara de Almada já elaborou como previsto na Lei 91/95 a Carta Temática das AUGI e em segundo lugar gostaria de saber se neste período que vem referido aqui no Relatório, quantos processos de AUGI foram despachados favoravelmente ou não?"-----

6.3.2.5 - O Sr. Deputado Municipal Manuel Batista (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu vou falar sobre o mesmo objecto falado pela bancada do CDS mas eu gostaria de perguntar à Sr.^a Presidente se para além do ofício de 26 de Setembro para a Administração do Centro Comercial M. Bica e para a Agência de Modernização Administrativa, dizendo que naquele Centro Comercial estão disponíveis 1.400m² para a Loja do Cidadão e considerando que os requisitos mínimos que são do seu conhecimento são de 1.500 m², se poderia informar esta Assembleia se tomou mais algumas diligências nos meses de Agosto, Setembro e Outubro com vista à instalação desta Loja do Cidadão em Almada."-----

6.3.2.6 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Nós estamos aqui a analisar um Relatório de Actividades relativo aos meses de Agosto, Setembro e Outubro e eu gostaria de saber o que é que este Executivo Camarário, a Sr.^a Presidente que medidas é que tomaram para a resolução do problema que existe no Bairro do 2º Torrão relativamente a uma dívida de electricidade que foi feita, o que é que foi feito durante estes três meses e volto a repetir, durante os meses de Agosto, Setembro e Outubro, o que é que foi feito para tentar de alguma forma resolver o problema?"-----

6.3.2.7 - A Sr.^a Deputada Municipal Francisca Parreira (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Tomo a palavra apenas para poder questionar o Executivo Municipal relativamente a uma matéria que é cara à Freguesia da Trafaria e em que nomeadamente não vemos relativamente a este Relatório Municipal, não vemos qualquer referência. Queríamos apenas saber neste período se foram tomadas algumas diligências ou ocorreram alguns desenvolvimentos no âmbito do processo do transporte para Pêra."-----

6.3.2.8 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Eu começava por pedir a boa diligência do Sr. Presidente da Assembleia no sentido de entregar ao Sr. Deputado Municipal do Partido Socialista que ontem fez a apresentação da Moção que foi retirada, sobre o Cardeal Cerejeira, porque há coisas que não devem ficar sem resposta porque são ditas falsamente. E neste documento o Cardeal Cerejeira pronuncia-se contra o comunismo e contra o estatismo totalitário que desfraldando a bandeira da guerra santa ao comunismo oprime consciências no culto exclusivo da raça humana e adorando a força. E estão aqui outras situações. Isto é aqui está uma fonte, naturalmente com um pouco mais de esforço. O Sr. Deputado Municipal conseguirá ainda por cima licenciado, mestre e doutor em história encontrar outras fontes em que o Cardeal Cerejeira se pronunciou claramente contra as duas opressões a comunista e a fascista.-----
E agora passando do ponto da Ordem de Trabalhos, pedia então ao Sr. Presidente o favor de entregar este documento ao Sr. Deputado Municipal. A primeira prende-se com aquilo que são as obras do Polis, quando vamos à Costa da Caparica encontramos muita desolação, encontramos as inevitáveis marcas de vandalismo, as calçadas destruídas, a vegetação seca, equipamentos que estão abandonados e encerrados, abandono nocturno, numa paisagem demasiado monótona para aquilo que se pretendia de propósito do Programa Polis. Tanto tempo depois, tanto dinheiro depois, o que tenciona a Câmara Municipal de Almada fazer para remediar este Polis que cada vez mais se mostra incoerente, esbanjador e incompetente."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

A segunda questão entra de alguma forma nesta primeira, estou em crer que muitos dos fenómenos de criminalidade resultam de erros de planeamento urbanístico e de desleixo de gestão sob o beneplácito da autarquia e naturalmente pela falta também das forças de segurança em quantidade suficiente. E quando a pequena delinquência se instala fica aberta a porta para a grande criminalidade. E a verdade é que notícias recentes nos dão conta de assaltos diários e de violência crescente no nosso Concelho e são muito inquietantes. O problema é particularmente relevante na Costa de Caparica. Parece-me que neste caso a colheita mostra a sementeira que foi feita e pergunto à Sr.^a Presidente da Câmara o que tenciona a Autarquia fazer?-----

A terceira, sobre este Relatório de Actividade Municipal, é uma confusão que continua a fazer-se entre pequenos arranjos e espaços verdes.-----

Porque eu acho que é demais que rotundas, taludes, canteiros, sejam incluídos nos espaços verdes.-

Uma outra questão prende-se com a sinalização horizontal nas ruas do Concelho, eu não sei o que se passa, mas esta sinalização horizontal é efémera, desaparece rapidamente e tem perigos sérios para a segurança rodoviária. Pergunto se não há matérias, tintas mais duráveis que possam ser utilizadas.-----

Uma questão, chegou-me uma informação que eu não sei se é verdadeira, não sei se a Sr.^a Presidente pode confirmar que as águas residuais do Hospital Garcia de Orta não são sujeitas a tratamento. Sabe se é verdade?-----

Uma última questão prende-se com uma referência ao fundo climático, pergunto: que valores, que encargos futuros e que propósitos tem?"-----

6.3.2.9 - O Sr. Deputado Municipal António Neves (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

É óbvio que o Programa Polis é neste momento uma grande preocupação não só da Costa da Caparica, mas penso que de todo o Concelho, aliás o Polis da Costa da Caparica é um desígnio da Costa da Caparica, mas é um desígnio concelhio. E parece-se que neste momento ao fim deste tempo todo desde que deveria ter estado ou deveria ter sido entregue a obra da Frente Urbana de Praias, parece-nos que seria importante dizer aqui que numa reunião que houve em Agosto, porque todos nós entendemos que as coisas não estavam bem, nomeadamente no que diz respeito às calçadas que foram construídas, foi tomada uma decisão em que seria salvo erro e se eu estiver a mentir a Sr.^a Presidente e os Srs. Vereadores que estiveram presentes nessa reunião farão o favor de me corrigir. Seria a Câmara Municipal a assumir os custos da recuperação e da recolocação da calçada portuguesa sobre este espaço, espaço entre o antigo Terminal de camionagem e os Bombeiros, ou a Lota, como lhe queiram chamar, ou seja, toda aquela frente que apanha a Humberto Delgado. É óbvio que é algo preocupante porque já deveríamos estar no Bairro do Campo da Bola,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

ou seja, aquele Plano de Pormenor já deveria de estar a ser executado e não está. Lembro que nesse Plano de Pormenor estão incluídas as novas instalações da Junta de Freguesia e nós moramos num T2 e gostávamos de ter outras instalações, mas essas foram consignadas no Plano de Pormenor do Programa Polis. O Centro para a Terceira Idade com todas as valências que de facto a terceira idade merece e começa a ser preocupante não termos informação de quem a deveria dar. E neste momento a Sociedade CostaPolis, não por culpa de uns mas por culpa de alguns, não tem dado essa informação. Não foi convocada neste último ano uma única reunião da Comissão de Acompanhamento e parece-me que neste momento esta Assembleia deveria estar solidária e perguntar-se a si própria e a quem de direito o que se pretende ou o que é que se espera do Polis da Costa da Caparica. é que 2013, porque foi prolongado no tempo e já sabíamos que assim iria acontecer, até porque o Quadro Comunitário de Apoio ao QREN como quisermos entender não poderia disponibilizar verbas substanciais para o Programa Polis por razões que têm a ver com o facto de a Grande Lisboa e Vale do Tejo terem deixado de ser zonas prioritárias de intervenção. Veja-se o que é que está a acontecer no Cacém que ainda há dias o Presidente da Câmara Municipal de Sintra dizia à Comunicação Social que assumia a dívida que existia do Polis do Cacém para com as entidades que estavam credoras do Programa Polis. Parece-me que será de perguntar aqui ao Governo o que é que nós podemos esperar do futuro do Polis da Costa da Caparica. Eu espero que tomem isto em atenção, não estou a dizer isto só porque é questionar o Governo, não é isso que está em questão, estou a fazê-lo pela simples razão de que é e perdoem-me alguns que não gostam de ouvir dizer isto, é o futuro da minha terra que está em jogo e isso preocupa-me. É o futuro turístico do Concelho de Almada que está em jogo também e parece-me que temos que estar atentos e parece-me que nós todos aqui representantes independentemente de sermos ou não sermos Presidentes de Junta, sermos ou não sermos Deputados Municipais, sermos ou não sermos Vereadores, Presidentes da Assembleia ou Presidentes do Executivo Camarário, penso que devemos estar todos unidos numa questão que é extremamente importante, um desígnio, é a conclusão do Polis da Caparica."-----

6.3.2.10 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos todos no início de um novo Mandato, tomamos todos posse no dia 30 de Outubro, alguns de nós estamos de novo nos órgãos, mas o órgão quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal começou a funcionar como tal no dia 30 de Outubro. Eu penso que esta atitude da Câmara de trazer aos Deputados Municipais informação sobre o período de Agosto, Setembro e Outubro deve ser, penso eu, entendida como uma atitude de consideração pelos colegas, todos os colegas que estão a começar funções e naturalmente também aqueles que vêm de traz e não tanto um



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

documento para este Executivo discutir com a Assembleia Municipal, porque as nossas funções enquanto Executivo Municipal começaram no dia 30 de Outubro. De qualquer modo como tenho memória e não me escuso a partilhar aquilo que conheço, aquilo que tenho na minha memória, direi algumas coisas sobre o que os Srs. Deputados Municipais, as Sr.^{as} Deputadas Municipais, na medida do possível aqui deixaram. Penso que sobretudo, digo que registamos as preocupações, registamos tudo aquilo que foi sendo dito por cada um dos Srs. Deputados Municipais e que corresponde a uma atitude de observação, de preocupação, de alerta relativamente à realidade do nosso Concelho. Todos nós somos cidadãos e quando somos cidadãos e autarcas naturalmente que ainda temos maiores deveres, maiores responsabilidades. E eu saúdo todos aqueles que trouxeram a esta Assembleia apresentando à Câmara os seus alertas de modo a que as situações que vão encontrando na nossa Cidade e que vos parecem menos bem, que nos sejam transmitidas, que sejam analisadas com os serviços e naturalmente todas as que tenham sentido e que tenham condição para serem resolvidas de acordo com o ponto de vista de cada um que o sejam, quando tal não for possível que o sejam da forma adequada.-----

Queria dizer-vos que temos em mãos todos os dossiers que vieram do anterior Executivo e sobre eles estamos a trabalhar. Naturalmente que um mês e pouco é pouco tempo para instalar a Câmara, para arrancar com a Actividade Municipal, para fazer um Plano e um Orçamento que nos permite hoje, a partir de hoje, abordar e analisar.-----

Eu queria dizer aos Srs. e às Sr.^{as} Deputadas Municipais que registamos o que nos foi colocado e numa próxima Assembleia Municipal teremos com certeza mais condições para ajudar cada um a melhor se inteirar de alguns dossiers e naturalmente com maior avaliação das questões que foram aqui trazidas para também melhor podermos responder a cada um de vós. Portanto neste momento permitam-me que fique por aqui, porque também tenho um mês e meio de Mandato e numa próxima Assembleia Municipal estarei seguramente em muito melhores condições para responder aos Srs. e às Sr.^{as} Deputadas Municipais."-----

6.3.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Ana Margarida Lourenço (PS):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Como a Sr.^a Presidente de Câmara disse e bem, nós estamos aqui no novo Mandato com novos eleitos, com pessoas que ainda não tinham feito parte deste Órgão Autárquico, mas com muitos que já tinham feito parte deste Órgão Autárquico e também da Câmara Municipal, exercendo funções, mas também lhe digo uma coisa, eu recebi uma Ordem de Trabalhos em que dizia o seguinte: "Apreciação da Informação da Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal e o Relatório que eu recebi foi relativo aos meses de Agosto, Setembro e Outubro. E portanto Sr.^a Presidente a única coisa que nós aqui lhe pedimos é que respeite a Ordem de Trabalhos e aprecie



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

o documento que está em discussão. Porque eu própria tive o cuidado depois de muitas vezes que fui avisada no anterior mandato por esta mesma Presidente de Câmara em que cada vez que lhe era feita uma pergunta, a resposta que a Sr.^a dava é, estamos aqui a apreciar estes três meses e nada sobre aquilo que a Sr.^a está a perguntar porque isso aconteceu há uma semana atrás, há quinze dias atrás. Eu própria tive o cuidado de fazer uma pergunta relativa a este período. Tive o cuidado também de aos meus colegas da bancada parlamentar do Partido Socialista que é a primeira vez que exercem o Mandato de o alertar que a Sr.^a Presidente se recusa determinadamente, constantemente, Assembleia Municipal após Assembleia Municipal, a responder a questões que não tenham sido tratadas durante os meses que aqui estão em apreciação. A única coisa que nós pedimos neste momento é das duas, uma, ou a Sr.^a passa a pedir ao Sr. Presidente da Mesa que não aplique este ponto à Ordem de Trabalhos, ou então limite-se a responder àquilo que lhe foi perguntado, não lhe é pedido nada mais do que isso, eu não estou a perguntar nada que aconteça num mês que não está previsto neste Relatório de Actividades e portanto por respeito a esta Assembleia e a estes Deputados Municipais não só do Partido Socialista mas de todas as outras bancadas que lhe fizeram perguntas e que são pessoas interessadas como a Sr.^a sabe e preocupadas como a Sr.^a também disse, por favor responda àquilo que lhe foi perguntado."-----

6.3.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Miguel Salvado (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Dos Vereadores Executivos, tirando a Vereadora Amélia Pardal, todos os outros estavam cá e a Sr.^a Presidente é a única Presidente que até hoje eu conheci no Concelho de Almada.-----
Quando eu faço as perguntas e penso que os Munícipes quando aqui trazem as questões que trazem e mesmo os Munícipes que vão às reuniões de Vereação que vão, quando vão lá não é porque queiram ir ver a Vereação, por muito bonitos que sejam, é porque vão à procura de respostas para as suas perguntas. Eu coloco as perguntas aqui porque quero ser esclarecido, porque há realmente informação aqui que acho importante partilhar com todos. E às vezes nem é uma questão política, às vezes é uma questão de compreensão. Mas se o entendimento do Executivo, da Vereação Executiva é esse eu aí não posso dizer mais nada, agora acho que é um bocado ridículo nós na Assembleia Municipal fazermos perguntas à Vereação e termos uma resposta que há um mês e meio que tomámos posse. E eu aqui pego nas palavras da Sr.^a Deputada do Partido Socialista que diz "mal ou bem isto é informação da Actividade Municipal desde o dia da tomada de posse". Pelo menos alguma actividade houve."-----

6.3.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Associar-me à perplexidade perante este momento insólito a fazer-me lembrar outros órgãos, mas de facto haver uma série de perguntas de interesse sobre o Município e que são um direito dos Deputados Municipais à Informação, terem esta resposta por parte da Sr.^a Presidente da Câmara, parece-me que revela pouco respeito por este órgão.-----

Sr.^a Presidente, eu sei que foi eleita há pouco tempo, aliás a Vereação como acabou de ser dito é quase toda a mesma, a Vereação Executiva, e portanto a Sr.^a tem condições para responder às perguntas, deve tê-lo e deveria fazê-lo por respeito por este órgão."-----

6.3.2.14 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O que eu disse foi que registei todas as questões que foram aqui trazidas pelos Srs. e pelas Sr.^{as} Deputadas Municipais que me iria identificar com as questões colocadas e que me iria apetrechar devidamente para que numa próxima Assembleia Municipal pudesse responder. Que iria relativamente a sugestões procurar com os serviços que as mesmas fossem analisadas e postas em prática se possível concretizar as ideias trazidas, senão que se encontrassem outras soluções para que as ideias trazidas pudessem ser aplicadas em benefício das populações. Nós temos de facto um documento que diz "apreciação da informação" mas o que os Srs. Deputados e as Sr.^{as} Deputadas aqui colocaram, não se reportou à informação. Trouxeram naturalmente outras questões. E porque trouxeram outras questões e não propriamente o que está, as perguntas não foram feitas sobre a informação que está em apreciação. Este documento que aqui está naturalmente que o que me compete e foi o que fiz, foi registar com todo o respeito pela Assembleia Municipal, comprometer-me com a Assembleia que numa próxima virei habilitada para responder a questões que são novas e que não fazem parte da informação à Assembleia Municipal que os Serviços construíram reportando-se a um período que não corresponde a este Mandato Autárquico que está agora a começar, mas que corresponde ao final do anterior Mandato Autárquico.-----

Sobre esta matéria agradeço a vossa compreensão, mas nada mais tenho a acrescentar."-----

6.3.2.15 - O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

O momento que vivemos tem algo de insólito, mas sendo insólito é um momento de um órgão municipal, um órgão representativo dos cidadãos e portanto eu vou fazer um esforço para analisar o actual momento e caracteriza-lo politicamente.-----

Nós estamos num Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, como Sessão Ordinária da Assembleia Municipal contempla um ponto sobre a Actividade Municipal e a Actividade Municipal do último trimestre apenas pode ser nos termos legais e regimentais aplicáveis, analisado neste



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

momento. Diz a Sr.^a Presidente que a Câmara é nova, que este Mandato se iniciou há muito pouco tempo e que o tempo deste Mandato não é relevante no que diz respeito à Actividade Municipal. Sr. Presidente da Assembleia Municipal, quero aqui afirmar que esta argumentação é absolutamente ilegítima. É ilegítima porque aqui o que se trata é da participação da Câmara Municipal numa Reunião Ordinária da Assembleia Municipal. E mesmo que a força política fosse outra, mesmo que a Presidente fosse outra, havia uma representação institucional a assegurar. E o que nós estamos aqui a assistir é que a Câmara se recusa a desempenhar o papel que lhe compete legalmente e está de forma absolutamente inaceitável a desrespeitar a Assembleia Municipal."-----

6.3.2.16 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Queremos deixar uma nota de perplexidade acerca da resposta da Sr.^a Presidente a esta Assembleia, em nada coincidente com as posições anteriores que sempre contaram com a compreensão da Sr.^a Presidente que sempre respondeu a todas as questões, mesmo aquelas que iam além do período em análise. Deixar aqui esta nota que de facto também nós não compreendemos a ausência de resposta às questões colocadas."-----

6.3.2.17 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----
Só uma nota final, espero eu, se não houver mais nenhuma intervenção para juntar às questões que já hoje foram aqui levantadas sobre o momento que atravessamos nos últimos minutos, de referir também que este é o segundo dia da Assembleia Municipal e quando a Sr.^a Presidente há pouco disse que se ia inteirar dos dossiers sobre aquilo que estava aqui em causa, ontem dia dezassete, foi ontem, em todos os dossiers que foram aqui discutidos não me recordo nunca dessa argumentação ter sido levantada."-----

A Sr.^a Presidente como sempre referiu todos os dossiers de toda a informação que foi ontem aqui discutida sobre todas as Moções e inclusivamente com algum resumo histórico que eu invejo sinceramente, dada a sua memória e que já demonstrou aqui que é uma das suas qualidades."-----

6.3.3 - Não havendo mais pedidos de palavra, encerrou-se o debate em apreciação da actividade municipal.--

6.4 - Entrou-se no ponto 3.4 da agenda com a apreciação e votação das Propostas N^{os} 07/X-1^o e 08/X-1^o de iniciativa da Câmara Municipal e aprovada em Reunião Camarária de 02/12/2009, sobre "Opções do Plano e Orçamento do Município para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010" e "Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para o ano de 2010" e "Mapa de Pessoal para o ano de 2010", (**Conforme ANEXOS XLII e XLIII**).-----

6.4.1 - Usaram da palavra a Sr.^a Presidente da Câmara e a solicitação desta, o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves, para apresentarem as respectivas Propostas.---



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.1.1 - A Sr.^a Presidente da Câmara Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Temos para apreciar nesta Assembleia as Grandes Opções do Plano da Câmara e dos Serviços Municipalizados. Iria fazer a apresentação no que diz respeito às Opções do Plano.-----

A presente proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010 marca o início do novo ciclo autárquico que resultou da expressão da vontade popular nas eleições do passado dia 11 de Outubro.-----

Este é o décimo mandato autárquico desde que em 1976 a Constituição da República Portuguesa instituiu o Poder Local Democrático como um dos pilares fundamentais do regime democrático saído da Revolução de Abril.-----

Três décadas e meia são passadas sobre o arranque do nosso País de uma situação de grande atraso e depressão para o actual patamar de desenvolvimento que o posiciona entre as Nações desenvolvidas, pese embora os muitos e graves problemas que continuam a afectar a vida dos portugueses.-----

Em Almada, a transformação alcançada nestas três décadas e meia, acompanhando o processo de desenvolvimento encetado a partir da instauração da Democracia e da Liberdade por todo o País, coloca-nos hoje na linha da frente dos Concelhos mais desenvolvidos de Portugal.-----

Ao longo de 35 anos, com Visão Estratégica, renovada década após década, Almada cresceu e transformou-se. Planeou, construiu, realizou. Renovou-se e criou novas centralidades. Tem vida própria. É uma centralidade motora do desenvolvimento da Região de Lisboa.-----

Almada, com os sólidos alicerces que foi capaz de construir, com uma forte identidade cultural e o seu potencial humano, com um território atractivo pelas suas singularidades – história, natureza e localização –, inicia no actual mandato autárquico uma nova Década de Desenvolvimento “Sustentável Solidário e Eco-eficiente”.-----

Uma Visão Estratégica que ambicionando antes de tudo o desenvolvimento e o progresso de Almada e uma vida cada vez melhor para todos os Almadenses, é aglutinadora da grande maioria dos conceitos colocados à reflexão nas eleições autárquicas de Outubro pelas diferentes sensibilidades políticas, sobre os quais se pronunciaram os Almadenses.-----

Por isso, a presente proposta de Opções do Plano e Orçamento, que dá início ao novo ciclo de gestão autárquica, para além de incorporar, como é devido, todos os compromissos assumidos pela força política vencedora, incorpora também a grande maioria das ideias das outras forças políticas, considerados que foram os respectivos contributos no âmbito do processo de elaboração, tendo em vista o desenvolvimento e progresso da nossa terra comum.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Pese embora o tempo limitado para a elaboração dos documentos agora apresentados, foram os mesmos construídos com grande ponderação, considerando todos os compromissos e contributos, com redobrada exigência e rigor, por forma a assegurar com toda a normalidade o arranque do exercício de 2010 no quadro do novo ciclo autárquico.-----

As Opções do Plano decorrem da Visão – Almada “Mais” Sustentável, Solidária e Eco-eficiente, apresentando-se em sete Eixos de Desenvolvimento e respectivas Linhas de Orientação (LO), num total de cento e trinta e quatro, que constituem o enquadramento da actividade a desenvolver pelo Município através dos competentes serviços municipais, dando lugar em cada ano às respectivas actividades, projectos e acções.-----

Gostaria de destacar que os contributos recebidos para a elaboração dos presentes documentos se encontram genericamente reflectidos nas Linhas de Orientação (LO) abrangendo os sete Eixos de Desenvolvimento.-----

As Grandes Opções do Plano para 2010 asseguram o desenvolvimento de toda a actividade regular assumida pelo Município, ao nível das suas múltiplas componentes, designadamente, educativas, culturais, associativas, sociais, desportivas e ambientais com destaque para a Acção Social Escolar, os Refeitórios Escolares e Acção Social.-----

Garantem o funcionamento de todas as redes de equipamentos municipais, asseguram a conclusão de investimentos transitados e em curso, o prosseguimento de outros de natureza plurianual – de que são exemplo os projectos aprovados no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) –, e contemplam os novos compromissos para o mandato, com a inscrição dos respectivos projectos e acções a iniciar e desenvolver.-----

A proposta de Plano e Orçamento para 2010 elaborada de acordo com as regras do POCAL assegura a cobertura integral das actividades do Município e perspectiva, desde já, o alargamento do horizonte de intervenção municipal a novas metas e objectivos de desenvolvimento.-----

A realidade do nosso Município, sendo positiva, e reflectindo uma solidez construída ao longo dos vários exercícios e mandatos, através de uma gestão empreendedora, de grande exigência e rigor, encontra-se no entanto bastante condicionada, pelos estrangulamentos ao financiamento municipal introduzidos pela actual Lei das Finanças Locais que vem afectando todos os Municípios portugueses.-----

Os três anos passados sobre a aplicação do novo regime de financiamento dos municípios, vieram confirmar que as preocupações expressas pela ANMP e pelos Municípios, em devido tempo, tinham razão de ser.-----

Globalmente, o novo regime de financiamento das autarquias locais veio conduzir a uma diminuição do peso da participação dos Municípios nos impostos do Estado, conforme se encontra demonstrado



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

no documento da ANMP, Linhas Gerais de Actuação para o Mandato 2009/2013, cujo Congresso irá debater e propor a revisão da Lei.-----

As receitas para investimento municipal, oriundas do Orçamento de Estado, são insignificantes, afectando e restringindo a capacidade de resposta às necessidades das populações por quem mais perto delas se encontra e melhor as conhecem, os Municípios.-----

No caso de Almada as receitas para investimento oriundas do Orçamento de Estado em 2009 situaram-se em apenas 2,5 milhões de euros.-----

O presente orçamento para 2010, prevendo à cautela aquele mesmo valor, apresenta uma dotação orçamental para investimento no montante de 27,5 milhões de euros, ou seja, 11 vezes superior à transferência do Orçamento de Estado, contando sobretudo com o resultado de um controlo aturado da despesa corrente, a utilização do empréstimo autorizado face à capacidade de endividamento disponível, e alguns Fundos Comunitários derivados de candidaturas submetidas com êxito a vários concursos QREN.-----

É com base nesta gestão de rigor que se apresenta a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010, a qual integra múltiplas medidas, que têm em vista a melhoria contínua da qualidade de vida dos Almadenses e o desenvolvimento do Concelho.-----

De forma muito resumida, eis algumas dessas medidas:-----

- Apoio alimentar nas escolas do ensino pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico a todas as crianças que frequentam estes níveis de ensino público no Concelho.-----
- Conservação e manutenção do parque habitacional camarário, com a concretização do Plano Plurianual de Conservação e outras intervenções de fundo no interior dos edifícios, da responsabilidade municipal.-----
- Descentralização de competências para as Juntas de Freguesia acompanhadas dos respectivos meios financeiros.-----
- Programa de grandes reparações no parque escolar do 1º ciclo, alargamento da rede do pré-escolar, construção da 2ª fase da Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância Louro Artur na Marisol, e da nova Escola Básica do 1º Ciclo/Jardim de Infância na Charneca de Caparica.-----
- Programa de reabilitação urbana a desenvolver no quadro da nova legislação sobre esta matéria publicada no passado mês de Outubro.-----
- Programa de requalificação urbana, com investimento significativo em 2010, em execução das candidaturas apresentadas com êxito ao POLIS XXI – Regeneração Urbana (QREN), envolvendo um número elevado de parceiros institucionais, públicos e privados.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Apoio ao comércio tradicional, através das suas estruturas representativas para a concretização do Programa MODCOM, projectos no domínio da Formação Profissional e do estabelecimento de um Directório Comercial, Promoção e Dinamização Sócio-Cultural, Animação Urbana, entre outros.-----
- Incentivo ao investimento no Concelho com particular destaque para o domínio das indústrias de base tecnológica, com isenção da taxa de urbanização em 100%.-----
- Incentivo para novos empreendimentos turísticos e outras indústrias, com a redução em 80% do valor da taxa de urbanização.-----
- Isenção da Derrama para todas as empresas do Concelho com volume de negócios até 150 mil euros em 2009, como medida de discriminação positiva para um tecido empresarial que representa 70% do universo de empresas do Concelho.-----

A terminar algumas notas sobre os trabalhadores municipais. O bem estar no trabalho, a qualidade dos recursos disponíveis, a melhoria progressiva das condições de trabalho de todos os trabalhadores da autarquia, apresenta-se de primeira importância e prioridade na gestão municipal a desenvolver.-----

A par do Plano Plurianual de Formação em todas as áreas de actividade profissional, estão considerados integralmente os apoios sociais em prática no Município, na saúde, nos refeitórios, no apoio social e familiar, nos seguros e acidentes pessoais.-----

No presente Plano e Orçamento, ao nível da dotação financeira, encontra-se assegurada a aplicação da Opção Gestonária a todos os trabalhadores que, em 2010, reúnam as condições para a respectiva progressão.-----

Na Câmara Municipal, em 2010, prosseguirá a política de recrutamento na modalidade de contrato por tempo indeterminado para todas as necessidades de carácter permanente. Como medida gestonária de carácter transitório, para assegurar a normalidade do serviço público, em situações específicas e excepcionais, recorrer-se-á à modalidade de contrato a termo resolutivo, conforme e nos termos da respectiva legislação.-----

Por fim, e porque estamos a iniciar um novo ciclo na gestão autárquica, dirijo a todos os eleitos locais, os votos de um frutuoso mandato, e que o mesmo se reflecta sobretudo em mais progresso e desenvolvimento para o nosso Concelho e numa qualidade de vida ainda melhor para as populações que em todos nós depositaram a sua confiança."-----

6.4.1.2 - O Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS - Vereador José Gonçalves:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Neste primeiro ano de gestão associado ao novo ciclo autárquico, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada olham o futuro com confiança, alicerçada na elevada capacidade técnica e humana do serviço municipal e enquanto depositários institucionais do trabalho



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

desenvolvido ao longo de anos, por gerações de trabalhadores e sucessivas administrações. Percurso e trabalho amplamente reconhecidos pelos Almadenses.-----

Assegurada que está a infra estruturação básica municipal do ciclo urbano da água - abastecimento, drenagem e tratamento de efluentes - a prioridade vai para, neste novo ciclo autárquico, o reforço da qualificação do serviço a prestar à comunidade, apostando na modernização dos serviços e na valorização e sustentabilidade ambiental.-----

Sustentabilidade ambiental que, ancorada na política ambiental aprovada e que norteia a gestão dos serviços, e transversal a toda a sua actividade, tem como principais apoios os projectos em curso, que se ampliarão ou cujas acções se aprofundarão: o EMAS- Sistema Comunitário de Eco-gestão e Auditoria, o Observatório da Água da Península de Setúbal e a acção informativa e educativa.-----

Dar-se-ão passos seguros na modernização e simplificação administrativa dos serviços e na proximidade aos utentes, através da simplificação dos actos comerciais. Objectivos a atingir através da consolidação e aprofundamento das acções que visam a generalização da facturação electrónica, a recepção de leituras por multicanal, incluindo via Web, a aposta na gestão e na desmaterialização documental em especial através da contratação electrónica.-----

A procura da eficiência na acção, com a implementação da política ambiental, cujas orientações estão estabelecidas nos serviços, assegurará, aos serviços municipalizados, em 2010, um reforço directo e indirecto do desempenho ambiental.-----

Os SMAS de Almada, “empresa” pública de referência regional e nacional em matéria de água e saneamento, assumem os seguintes eixos centrais nas Opções do Plano, para o ano 2010:-----

> Participar de forma empenhada no Sistema Intermunicipal de Água da Península de Setúbal, contribuindo para uma futura gestão integrada do Aquífero Tejo-Sado, principal origem de água dos municípios aderentes, assegurando, no presente e no futuro, a disponibilidade, qualidade e segurança do abastecimento a toda a península.-----

> Manter a estratégia de reforço do armazenamento de água, garantindo a gestão e requalificação dos reservatórios, planificando a ampliação da rede, definindo prioridades e assegurando a reserva de futuras localizações para novos equipamentos.-----

> Assegurar o abastecimento de água de qualidade, para todos, dando prioridade à renovação da rede municipal de adução e distribuição e a uma gestão pública solidária, eficiente e transparente deste bem essencial à vida.-----

> Continuar a desenvolver o sistema de drenagem de águas pluviais, assegurando o reforço da segurança de pessoas e bens, em especial através da manutenção e criação gradual de novas bacias de retenção. Estudar localizações e assegurar disponibilidade de terrenos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

> Manter a permanente acção de renovação da rede municipal de drenagem de efluentes domésticos, assegurando a capacidade existente do sistema com a garantia de que todas as ligações ao sistema municipal podem tecnicamente ser efectivadas, dada a capacidade instalada que assegura resposta a 100%.-----

> Prosseguir os estudos e projectos em curso visando assegurar, por administração directa ou por empreitada, um padrão elevado de investimento municipal na rede de água, no saneamento e na qualificação dos equipamentos. Em 2010, assume especial importância a 3ª Fase da obra da ETAR da Quinta da Bomba, a remodelação das instalações das Oficinas Gerais dos SMAS no antigo Matadouro e o furo profundo de captação de água de Vale de Milhaços, obras já adjudicadas.-----

> A gestão do protocolo celebrado com a Sociedade CostaPolis, tendo em vista a execução dos projectos das redes primárias de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas da Costa da Caparica, associados ao Programa Polis, permite perspectivar o início dessa obra já em 2010.-----

> A gestão permanente das oportunidades de candidatura ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), dando prioridade ao acompanhamento das candidaturas em tramitação, apresenta-se como forma de ampliar a intervenção municipal e assegurar justiça no acesso municipal a fundos comunitários, nesta área de intervenção.-----

> Gestão permanente e rigorosa dos recursos humanos de forma a assegurar a progressiva qualificação, motivação e satisfação como trabalhadores e indivíduos, tendo por base a cultura do serviço público, responsabilidade, participação e liderança democrática e, por outro lado, a valorização do factor trabalho, no reconhecimento dos legítimos direitos e interesses dos trabalhadores, nomeadamente no que se refere ao seu direito à carreira, desde logo pela aplicação da opção gestionária no presente exercício.-----

> Procura permanente de métodos e técnicas de trabalho que promovam a produtividade dos processos e equipamentos, integrada na política de melhoria da eficiência na prestação dos serviços. Tendo presente estes eixos centrais da actividade dos SMAS de Almada, suportados num orçamento global de 30.169.290 euros, dos quais 12.416.075 euros em investimentos - 4.528.602 euros de financiamento definido e 7.887.473 euros de financiamento não definido - apresentam-se as seguintes linhas de orientação, que suportarão as muitas acções concretas a desenvolver pelos serviços:-----

1. Renovar continuamente as origens da água e cuidar das existentes-----

> Incentivar a actividade da empresa responsável pelo “Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água em Alta para a Região de Setúbal”, na rota da preservação de um recurso tão valioso,



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

garantindo-se a origem de água para abastecimento público de uma vasta e importante zona, visando a integração da gestão de forma a assegurar a sua exploração sustentável.-----

> Dar sequência às operações de incorporação do campo de extracção da Ponta dos Corvos no sistema de abastecimento de água de concelho de Almada, concretizando assim os objectivos do protocolo estabelecido com a Marinha Portuguesa.-----

> Desenvolver as acções de diversificação e reforço das origens de água e as práticas de monitorização, protecção e exploração sustentável das captações.-----

2. Optimizar o grau de operacionalidade e fiabilidade do sistema de adução, armazenamento e distribuição de água-----

> Concluir as intervenções de reforço e reabilitação dos eixos de adução de água Vale de Milhaços-Corroios-Quinta da Bomba, Corroios-Laranjeiro-Pragal.-----

> Desenvolver os projectos de reforço da adução de água de Corroios aos reservatórios do Lazarim, de Vale de Milhaços e do Feijó.-----

> Construir a nova célula do reservatório do Lazarim, correspondendo ao incremento de consumos na sua área de influência, decorrente da expansão da ocupação urbana nas freguesias da Sobreda e Charneca de Caparica.-----

> Desenvolver os estudos de localização e projecto do sistema de reservatórios da Aroeira, de forma a responder às exigências de consumo determinadas pela expansão da ocupação dessa zona, nomeadamente com a transferência para o Pinhal do Inglês dos parques de campismo da Costa da Caparica, no âmbito do Programa Polis.-----

> Executar os trabalhos de reparação dos reservatórios apoiados do Cassapo, Monte de Caparica e Feijó e de pintura exterior dos reservatórios elevados do Cassapo e Raposo.-----

> Cumprir o plano de limpeza e desinfeção periódica dos reservatórios de forma a assegurar boas condições de exploração e segurança do abastecimento.-----

> Promover as operações de beneficiação dos edifícios e protecção dos recintos, bem como a execução dos trabalhos de manutenção e conservação de equipamentos nas estações elevatórias do sistema, nomeadamente no Raposo, no Pragal e no centro de comando de Vale de Milhaços.-----

> Executar a 3ª fase do Programa de Telegestão, alargando a todo o sistema de captação, adução e reserva de água a automatização e o controlo centralizado das operações.-----

> Dar continuidade às campanhas de estudo de reabilitação e substituição de condutas das redes de distribuição de água, com recurso a empreitadas e à administração directa, orientadas ao aumento da fiabilidade e rentabilidade do funcionamento do abastecimento por redução de roturas, permitindo elevar os padrões de disponibilidade do serviço e do controlo de perdas de água. Estas acções



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

distribuem-se um pouco por todo o Concelho, com incidência nas zonas com redes mais antigas ou constituídas por materiais mais perecíveis.-----

3. Garantir a qualidade da água fornecida-----

> Executar o “Plano de Controlo da Qualidade da Água de 2010”, documento aprovado pela Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos (ERSAR) e as acções complementares que se entendam convenientes para assegurar o controlo operacional da distribuição de água, nomeadamente no que se refere à monitorização da qualidade nas origens.-----

> Continuar a participação em projectos de desenvolvimento de estudos e planos e troca de experiências que permitem a elevação do nível de segurança das condições em que se processa o abastecimento de água.-----

> Elaborar o projecto do novo laboratório de água, tendo em vista a sua acreditação, a fim de que exerça um controlo certificado da qualidade da água.-----

4. Alcançar a cobertura integral do Concelho pelo sistema de drenagem de águas residuais e alargar a capacidade de resposta do sistema de drenagem de águas pluviais-----

> Dar continuidade às operações de extensão da rede municipal de drenagem de águas residuais e pluviais, através do adensamento em zonas urbanas em processo de ocupação, nomeadamente nas freguesias da Charneca de Caparica, Sobreda e Caparica e desenvolvimento da campanha de promoção de ligação às redes de drenagem, nas zonas já dotadas deste serviço, de forma a elevar o seu nível de cobertura.-----

> Concluir os estudos e dar início às obras de remodelação de infra-estruturas relevantes, nomeadamente o emissário da Foz do Rêgo e as Estações Elevatórias da Tagol e da Herdade da Aroeira.-----

> Acompanhar os processos de elaboração dos projectos e a realização das obras de remodelação do sistema de drenagem de águas residuais da Costa da Caparica, no âmbito do programa Polis.-----

> Dar sequência aos estudos de execução de obras importantes do sistema de drenagem pluvial do concelho de Almada, nomeadamente as bacias de retenção de cheias de Vale Rosal, Porfírios, Aroeira e Trafaria.-----

5. Gerir o sistema público de tratamento de águas residuais-----

> Proceder à adjudicação e ao início da obra de remodelação e beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba, dotando-a de melhores condições de tratamento nas fases líquida e sólida e de reutilização de água tratada, de lamas estabilizadas e de aproveitamento energético do biogás, garantindo ainda as condições de rejeição de efluentes no estuário do Tejo.-----

> Concluir os estudos de remodelação e beneficiação da ETAR do Valdeão.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

> Dar continuidade e promover a realização de novos programas e planos de controlo analítico e de desempenho das ETAR, bem como de reaproveitamento de água tratada, lamas estabilizadas e do biogás.-----

6. Prosseguir uma gestão pública solidária, eficiente e transparente-----

> Manter e aprofundar a atitude em todos os vectores de actuação, com base no princípio de que o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais são direitos fundamentais dos cidadãos e serviços indispensáveis ao bem-estar da comunidade e ao regular funcionamento das suas actividades.-----

> Reforçar os meios de comunicação com os utentes-municípes de forma a aprofundar o conhecimento das suas expectativas e o grau de satisfação sobre a actividade e os serviços prestados pelos SMAS.-----

> Facilitar a relação com os utentes, desde a celebração dos contratos, a solicitação e o pagamento de serviços, a apresentação e resposta a dúvidas e reclamações, diversificando os meios e simplificando os procedimentos respectivos.-----

> Manter a atenção permanente à valorização dos recursos humanos, consubstanciada na elevação do seu nível de qualificação, por via duma formação ajustada às necessidades profissionais e valorização pessoal, na gestão de carreiras correspondendo às expectativas justas e adequadas dos trabalhadores e garantindo condições de trabalho dignas e seguras, quer no que respeita às condições de trabalho, quer à estabilidade do vínculo contratual.-----

> Garantir as várias formas de participação dos trabalhadores e suas organizações representativas, na construção das opções de gestão e na actividade dos Serviços, especialmente no que se refere à política de pessoal.-----

> Continuar a assegurar uma infra-estrutura tecnológica que permita corresponder às crescentes exigências dos processos administrativos e técnicos que suportam a actividade dos SMAS.-----

> Prosseguir e desenvolver a participação e actividades no âmbito dos programas monitorização ambiental e de eficiência ecológica, energética e económica dos vários ambientes e instalações em que se desenvolvem as actividades dos SMAS.-----

> Promover a avaliação e as acções de resposta às exigências colocadas pelas alterações do regime da actividade decorrentes da entrada em vigor do DL nº194/2009, de 20 de Agosto e outros diplomas legais.-----

Através da presente proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada assumem o compromisso de defender e qualificar o serviço público, assegurando uma acção mais qualificada, centrada na modernização e simplificação dos procedimentos e numa visão de valorização e sustentabilidade ambiental."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.2 - No debate usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Luís Filipe Pereira; Maria Ermelinda Toscano; José Courinha Leitão; Luísa Ramos; Luís Varela Pais; Fernando Pena e Sérgio Taipas.-----

6.4.2.1 - O Sr. Deputado Municipal Luís Filipe Pereira (BE):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a iniciar um novo mandato autárquico e concretamente estamos a apreciar a proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010.-----

O método utilizado para a sua elaboração merece por parte do Bloco alguns comentários: é referido que "Pese embora o tempo limitado para a elaboração dos documentos agora apresentados, foram os mesmos construídos com grande ponderação, considerando todos os compromissos e contributos, com redobrada exigência e rigor, de forma a assegurar com toda a normalidade o arranque do exercício/2010 no quadro do novo ciclo autárquico". Constatamos que a limitação de tempo foi só para ouvir; porque se houve tempo para ter "grande ponderação" "considerando todos os compromissos e contributos, com redobrada exigência e rigor", então o tempo só pode ter sido limitado para ouvir; e como temos muito tempo pela frente para abordar as Opções do Plano para 2011, não será descabido começarmos a ganhar tempo e evitar limitações no futuro para a construção deste importante documento.-----

No caso do Bloco a nossa participação no processo de elaboração do documento, resumiu-se à realização de uma reunião com a Sr.^a Presidente da Câmara, e obrigatória ao abrigo do Estatuto da Oposição, tendo sido enunciados os eixos de intervenção do Plano e os traços gerais do Orçamento. O Bloco apresentou, algumas preocupações relativamente às questões que, na nossa opinião, urge começar a tratar de forma diferente: o envolvimento e participação activa das pessoas nas decisões sobre o nosso concelho, as políticas sociais para combater a crise, a recuperação e manutenção do parque habitacional, público e privado, os problemas da mobilidade e acessibilidades e a política de gestão dos Recursos Humanos da Câmara.-----

Ao analisarmos o documento reconhecemos em alguns Eixos de Desenvolvimento e em algumas Linhas de Orientação Gerais a consideração de sugestões do BE.-----

Tais como:-----

- A renovação urbana (título do 1º eixo de Desenvolvimento)-----
- A conclusão do processo de revisão do PDM, com base numa ampla participação da comunidade (1.1);-----
- A reabilitação urbana dos núcleos históricos (1.5);-----
- O apoio ao comércio tradicional (1.12);-----
- A proposta de criação de uma rede de Parques Agrícolas Urbanos (2.7);-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- A recolha de óleos domésticos (2.13) - proposta do Bloco de Esquerda no anterior mandato autárquico que foi rejeitada pela CDU na Assembleia Municipal;-----
- Avaliar e aprofundar o Plano de Mobilidade “Acessibilidades 21” e alargá-lo a todo o concelho (3.1);
- Potenciar as actividades das Casas Municipais da Juventude, e alargar a rede de infra-estruturas juvenis, propondo até a criação de Skate Parques (4.13-14);-----
- Incentivar a fixação dos jovens nas zonas históricas (4.18);-----
- assegurar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social e dinamizar o funcionamento das Comissões Sociais de Freguesia, no âmbito do CLASA (5.14-15);-----
- Apoiar programas locais de apoio ao Sem-Abrigo (5.17) e aos Imigrantes (5.18);-----
- Aprofundar mecanismos que permitam o acesso permanente à informação a todos os almadenses, assegurando uma crescente e progressiva participação dos cidadãos (6.1 a 5);-----
- A preocupação com os trabalhadores municipais, desde a melhoria das suas condições de trabalho, até à aplicação da Opção Gestionária para todos os que reúnam condições para a respectiva progressão (através da respectiva dotação financeira), referindo-se ainda, na Introdução do documento, o compromisso de combate ao trabalho precário na autarquia.-----

Importa também referir que consideramos válidas, outras ideias constantes do documento em apreço, que seja qual for a sua proveniência, se forem correctamente levadas à prática contribuirão certamente para que se atinjam objectivos nos quais o Bloco se revê.-----

O Bloco de Esquerda tem consciência das dificuldades que advêm dos grandes constrangimentos e incertezas provocadas por uma política nacional errada e injusta, de que a actual Lei das Finanças Locais é um exemplo, e que foi agravada pela crise financeira e económica que se instalou no país, e que também passa por Almada.-----

O poder central tem grandes responsabilidades neste capítulo.-----

Deste modo o Bloco de Esquerda, não inviabilizou as Opções do Plano e Orçamento para 2010, na Câmara e não o fará aqui na Assembleia Municipal optando pela Abstenção.-----

Senhoras e Senhores, Deputados Municipais-----

O Bloco de Esquerda tem sido presenteado com uma série de opiniões do Sr. Vereador Paulo Pedroso, que animado pelo espírito Natalício nos oferece uma panóplia de críticas em relação à orientação do nosso voto em Almada.-----

Para o Bloco, Almada é um assunto sério.-----

É interessante verificar que este plano e orçamento seria um bom plano se incluísse as propostas do Sr. Vereador, portanto este plano não é mau pelo que apresenta mas sim pelo que não refere, neste caso as propostas apresentadas pelo PS.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O ruído que o Sr. Vereador tem feito em torno da abstenção do BE é uma posição caprichosa de quem não conseguiu chegar, ver e vencer.-----

Os campos estão bem definidos, o do BE é o de aprender com os Almadenses, no caso do PS são os Almadenses que tem que aprender com o Sr. Vereador. Este caminho da altivez e pretensa clarividência política em tudo o diz e escreve, não é o caminho do BE.-----

Nos próximos orçamentos votaremos contra, votaremos a favor ou optaremos pela abstenção sempre que justificadamente assim o entendamos.-----

Uma coisa podemos garantir nunca pediremos licença a nenhum Partido para definir a nossa orientação de voto.-----

Sr.^a Presidente-----

Nas opções do plano (eixo 1) é referido “ Concluir e iniciar a gestão dos seguintes instrumentos gestão territorial”:-----

Gostaríamos de compreender quais os que estão para concluir e os que são para iniciar nomeadamente o “Estudo Urbanístico para o Rato e Planos de Pormenor do Chegadinho”.-----

No eixo 3 “Rede de Estacionamento” alargando a oferta de parques de estacionamento de uso público, pagos. A pergunta é como é que se pensa conseguir convencer as pessoas a utilizar e pagar caro o estacionamento se os parques existentes apresentam sempre um elevadíssimo número de lugares vagos, como é o caso do recente parque de estacionamento na Av. D. Afonso Henriques antigas oficinas da Citroën.-----

Não ficam esgotadas as questões que gostaríamos de colocar, mas Roma e Pavia não se fizeram num dia.-----

Ao longo do próximo ano e seguintes esperamos disponibilidade para consensualizar propostas com consequências práticas a bem da população do nosso Concelho.-----

ALMADA E AS SUAS GENTES BEM O MERECEM”.-----

6.4.2.2 - A Sr.^a Deputada Municipal Maria Ermelinda Toscano:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Gestão de Recursos Humanos na Câmara Municipal de Almada (Análise integrada das Opções do Plano e Orçamento e do Mapa de Pessoal para 2010).-----

Tendo presente o princípio:-----

Expresso na Introdução das Opções do Plano e Orçamento para 2010 (página 5), garantindo-nos que “o bem-estar no trabalho, a qualidade dos recursos disponíveis, a melhoria progressiva das condições de trabalho de todos os trabalhadores da autarquia, apresenta-se de primeira importância e prioridade na gestão municipal a desenvolver”.-----

E apesar de reconhecermos diversos PONTOS POSITIVOS:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

1. O compromisso em assegurar a “aplicação da opção gestionária a todos os trabalhadores que, em 2010, reúnam a condições para a respectiva progressão”, uma medida com a qual concordamos inteiramente, como não podia deixar de ser.-----
2. A diminuição dos encargos com o pessoal em regime de tarefa e avença que, sendo diminuta (apenas 1%), não deixa de contribuir para solidificar os 32% verificados de 2008 para 2009.-----
3. A manutenção de uma taxa de apenas 1,5% de trabalhadores contratados a termo resolutivo (idêntica à de 2009) e que ocorre, principalmente, na carreira de Assistente Operacional, apesar de se prever um aumento de 7% do número de postos de trabalho neste sector, o que conjugado com o exposto no ponto anterior significa, ao que tudo indica, um indício da aposta na contratação por tempo indeterminado em detrimento da vinculação precária, o que saudamos.-----
4. O Mapa de Pessoal que, muito embora ainda não contemple toda a informação necessária (falta indicar a atribuição e competência específica além da área de formação de que o titular do posto de trabalho deve ser titular), cumpre, genericamente, as principais regras de caracterização especificadas no nº 1, do artº 5, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro), ao contrário do que aconteceu em 2009 (o que vem demonstrar que, afinal, tínhamos razão quanto às observações feitas há um ano atrás).-----
5. A previsão no Mapa de Pessoal para 2010 de todos os lugares não dotados no de 2009 e para os quais foram abertos vários procedimentos concursais tendentes ao seu preenchimento, mormente isso tivesse representado uma clara violação da lei que a CMA nunca justificou até ao momento.-- Referimo-nos, em particular, aos 3 lugares de Encarregado Operacional e aos 42 lugares de Assistente Operacional em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado de que adiante falaremos.-----

Não podemos deixar de enunciar vários ASPECTOS QUE CONSIDERAMOS NEGATIVOS:-----

1. A apresentação de meras linhas de orientação geral, algumas demasiado generalistas, e sem a inclusão dos objectivos estratégicos plurianuais de eficácia, eficiência e qualidade de cada unidade orgânica, os quais deveriam ter sido estabelecidos até 30 de Novembro e aprovados pelo vereador responsável pelo pelouro respectivo até 15 de Dezembro corrente — conforme assim o determina o n.º 2, do artigo 8º, do Decreto Regulamentar n.º 18/2009, de 4 de Setembro, diploma que aplicou à Administração Local a Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro (que criou os três subsistemas de Avaliação do Desempenho na Administração Pública: serviços, dirigentes e trabalhadores), e revogou o Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho.-----
2. A inexistência de qualquer referência à reforma da estrutura orgânica dos diversos departamentos e divisões municipais que, necessariamente, terá de ocorrer até 31-12-2010, mercê da entrada em



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

vigor do novo regime jurídico da organização dos serviços das autarquias locais — aprovado pelo Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro — e que pode trazer alterações substanciais ao regular funcionamento da entidade, nomeadamente no que se refere à reafecção do pessoal às novas unidades orgânicas, podendo esta ser a oportunidade para proceder a ajustes ao nível da mobilidade interna dando deferimento às justas pretensões dos trabalhadores que satisfaçam os requisitos expressos nos artigos 59º e seguintes da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro).-----

3. O desinvestimento na formação profissional em cerca de 2% relativamente aos quantitativos previstos para 2009, apesar de em 2010 se programar um aumento de mais 9% de efectivos e numa época de profundas alterações ao nível do enquadramento legislativo no sector dos recursos humanos (nomeadamente, avaliação do desempenho, regime social convergente, organização dos serviços municipais, contrato de trabalho em funções públicas, horário de trabalho, procedimentos concursais).-----

Assim como temos a obrigação de assinalar algumas MÁS PRÁTICAS DO EXECUTIVO anterior e que começaram já por dar sinais evidentes de que se manterão no actual (mas que, todavia, temos esperança possam vir a ser corrigidas), as quais acabam por condicionar qualquer leitura que se faça das Opções do Plano e Orçamento, e bem assim como do respectivo Mapa de Pessoal, pois as mesmas, caso não venham a ser modificadas, reflectem-se de forma bastante negativa na gestão corrente da autarquia porque são contrárias aos princípios do exercício democrático do poder local:--

1. Já terminou o prazo legalmente concedido — nos termos da alínea u), do nº 1, do artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro — para a Presidente da CM responder aos quatro requerimentos apresentados pelo Bloco de Esquerda em 18-11-2009 (sobre contratos a termo resolutivo, procedimentos concursais para lugares não dotados no mapa de pessoal de 2009, acumulação de funções, trabalho precário na autarquia, aplicação do SIADAP, entre muitas outras questões), sem que a mesma se dignasse prestar quaisquer esclarecimentos, o que nos deixa com sérias dúvidas quanto à bondade das intenções expressas no documento previsional para 2010, sobretudo no que toca às medidas relativas ao pessoal.-----
2. A negação (por omissão, pressupondo-se o indeferimento tácito), sem qualquer explicação plausível, do acesso a um “instrumento de informação, essencial para os decisores políticos pois permite, como nenhum outro, a obtenção de elementos fundamentais sobre os recursos humanos e, desta forma, uma melhor gestão e definição das estratégias” da autarquia e, portanto, condição imprescindível a um correcto planeamento das políticas sobre pessoal assim como uma peça



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

chave na sua avaliação por parte dos deputados municipais — o Balanço Social de 2008, apesar de o mesmo ter sido por nós requerido, por escrito, em Agosto e Novembro do corrente ano.-----

3. O documento ora em análise, mesmo sendo o primeiro de um novo mandato, é a continuidade do anterior (Opções do Plano e Orçamento de 2009 e respectivo Mapa de Pessoal) logo, a sua análise não pode ser desligada dos acontecimentos passados durante o ano corrente em matéria de gestão de recursos humanos, em particular no que se refere à prática de actos de duvidosa legalidade e em claro desrespeito por uma deliberação da Assembleia Municipal (referimo-nos à abertura das várias dezenas de procedimentos concursais para lugares não dotados, a termo resolutivo e por tempo indeterminado).-----

Cabe-nos, de seguida, e para que todos possam estar na posse dos mesmos dados, ELUCIDAR OS MEMBROS DESTA ASSEMBLEIA acerca do seguinte:-----

1. O Mapa de Pessoal de 2009, anexo ao Orçamento desse ano e do qual fazia parte integrante, aprovado pela Assembleia Municipal de Almada em 22 de Dezembro de 2008 previa:-----

Cargo/Carreira/Categoria	Postos de Trabalho a Preencher		
	CTFP TI	CTFP TRC	CS
Director de Departamento Municipal	0	0	2
Chefe de Divisão Municipal	0	0	5
Técnico Superior	43	4	0
Assistente Técnico	28	0	0
Encarregado Operacional	2	0	0
Assistente Operacional	46	35	0

CTFP TI – Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

CTFPTRC – Contrato de Trabalho em Funções Públicas a Termo Resolutivo Certo.

CS – Comissão de Serviço.

2. Os postos de trabalho acima referidos não contêm qualquer indicação quanto à caracterização das respectivas actividades em função da atribuição, competência ou actividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar, nem tão pouco existe informação acerca da área de formação académica ou profissional de que o mesmo deva ser titular, conforme assim o exige o n.º 1, do artigo 5º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.-----
3. Apesar do exposto no ponto um e sem que tenha sido apresentada à Assembleia Municipal de Almada qualquer proposta de alteração do mapa anteriormente citado, a CMA abriu vários procedimentos concursais, entre 12 de Março e 15 de Outubro do corrente ano, tendo em vista o preenchimento dos lugares a seguir indicados:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Cargo/Carreira/Categoria	Postos de Trabalho para os quais foram abertos procedimentos concursais entre 12-03 e 15-10-09		
	CTFP TI	CTFP TRC	CS
Director de Departamento Municipal	0	0	1
Chefe de Divisão Municipal	0	0	2
Técnico Superior	25	12	0
Assistente Técnico	21	19	0
Encarregado Operacional	5	0	0
Assistente Operacional	88	14	0

4. No caso dos CONTRATADOS A TERMO RESOLUTIVO CERTO, as respectivas dotações foram excedidas em:-----
Técnicos superiores - 8 lugares não dotados;-----
Assistentes técnicos - 19 lugares não dotados.-----
5. Quanto aos CONTRATADOS POR TEMPO INDETERMINADO, os lugares a mais são os seguintes:-----
Encarregados operacionais - 3 lugares não dotados;-----
Assistentes operacionais - 42 lugares não dotados.-----
6. Houve, portanto, uma clara violação dos princípios sobre gestão de recursos humanos previstos na Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (artigo 4º e seguintes), nomeadamente:-----
Insuficiência de dados (não afectação do pessoal por actividades, competências e formação profissional);-----
Desrespeito pelas dotações aprovadas pelo único órgão competente para o efeito (ou seja, a Assembleia Municipal).-----
7. A Sr.ª Presidente da Câmara, ao autorizar que as dotações previstas no Mapa de Pessoal de 2009, aprovado pela Assembleia Municipal em 22-12-2008, fossem excedidas ultrapassou as suas competências (que se encontram definidas no artigo 68º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro), assim como os vereadores responsáveis pela contratação, o que configura um claro abuso de poder.-----
8. Aquela atitude pode, ainda, ser considerada uma ingerência na esfera das atribuições próprias do órgão deliberativo (artigo 53º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro), tal como foi considerado por todos os partidos da oposição nesta Assembleia Municipal (PS, PSD e BE) em 28-04-2008, ao terem votado a favor da Moção “A Democracia Local em Almada”, a qual, no entanto, foi rejeitada devido ao voto contra da CDU.-----
9. Nestes termos, o Despacho da Sr. Presidente da CMA (de xx-03-2009) que fundamenta o teor do Aviso nº 5.389, publicado no Diário da República, 2ª série, de 12-03-2009, ao autorizar a abertura



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- de procedimentos concursais para 25 lugares não dotados no respectivo mapa de pessoal (8 técnicos superiores e 17 assistentes técnicos) está ferido de ilegalidade.-----
10. Tal como acontece com o Despacho do Vice-Presidente da CMA, datado de 11-08-2009, e que permitiu a redacção do Aviso nº 15.603/2009, publicado no Diário da República, 2ª Série, de 04-09-2009, procedendo à abertura de três lugares não previstos no respectivo mapa de pessoal (encarregado operacional).-----
11. O mesmo se passando, também, com pelo vários outros despachos, dos quais indicamos, a título de exemplo os seguintes:-----
- Do Vice-Presidente da CMA, de 11-08-2009 (Aviso nº 15.345/2009, publicado no Diário da República, 2ª série, de 01-09-2009);-----
- Da Presidente da CMA, de 09-06 e 07-07-2009 (Aviso nº 13.621/2009, publicado no Diário da República, 2ª série, de 31-07-2009);-----
- Do Vice-Presidente da CMA, de 11-08-2009 (Aviso nº 17.437/2009, publicado no Diário da República, 2ª série, de 06-10-2009).-----
- Por, no seu conjunto, acabarem por mandar abrir procedimentos concursais para 20 lugares de assistente operacional não dotados no mapa de pessoal, sendo contudo difícil de saber quais são as profissões para além da dotação indicada em virtude do carácter genérico da previsão apresentada.-----
12. Aliás, a não especificação da área funcional a que corresponde cada posto de trabalho, foi um dos argumentos, de entre muitos outros, que levou o Bloco de Esquerda a votar contra o Mapa de Pessoal de 2009, documento este que acabou por ser aprovado na reunião de 22 de Dezembro do ano transacto apenas pela CDU já que o PS e o PSD também votaram contra.-----
13. Mas, além de não ter permitido que os deputados municipais tivessem conhecimento da real afectação dos recursos humanos pelos' diferentes departamentos da autarquia, por motivos cuja fundamentação se desconhece, a não indicação das actividades a que correspondem a cada posto de trabalho impede que se proceda à abertura de concurso tendo como critério de selecção a exigência de uma determinada qualificação académica e/ou profissional.-----
14. Mesmo assim, foram postos a concursos, que se saiba, 37 postos de trabalho da CARREIRA TÉCNICA SUPERIOR (25 para funções permanentes e 12 a termo resolutivo certo) nas seguintes áreas profissionais:-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL	CTFPPI	CTFPTRC	TOTAIS
Engenharia Civil	2	0	2
Serviço Social	1	0	1
Engenharia Geográfica	1	0	1
Comunicação	1	0	1
Saúde Ambiental	1	0	1
Economia e Matemática	1	0	1
Engenharia Informática e de Sistemas ou Informática	1	0	1
Informática ou Informática de Gestão	2	0	2
Turismo	3	0	3
Engenharia do Território	1	0	1
Geografia	1	0	1
Educação Física e Desporto	2	4	6
Biblioteca e Documentação	1	1	2
Animação Sociocultural	1	1	2
Contabilidade	1	1	2
Arquitectura Paisagista	1	1	2
Ciências da Educação, Psicologia ou Sociologia	1	1	2
Ciências da Educação ou Sociologia	1	1	2
Economia	1	1	2
Sociologia	1	1	2

15. Tal como aconteceu na CARREIRA DE ASSISTENTE TÉCNICO onde, muito embora o mapa de pessoal não especifique quaisquer áreas profissionais, foram colocados em concurso 40 postos de trabalho (21 para funções permanentes e 19 a termo resolutivo certo):-----

FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL	CTFPPI	CTFPTRC	TOTAIS
Museografia	1	0	1
Administrativo	1	0	1
Ambiente	1	0	1
Natação	11	11	22
Biblioteca e Documentação	5	5	10
Animação Cultural	2	3	5

16. Repetindo-se o mesmo com os 102 lugares da CARREIRA DE ASSISTENTE OPERACIONAL (88 por tempo indeterminado e 14 a termo resolutivo certo):-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

FORMAÇÃO ACADÉMICA/PROFISSIONAL	CTFPPTI	CTFPTRC	TOTAIS
Acção educativa	0	2	2
Canalizador	1	0	1
Auxiliar administrativo	1	0	1
Asfaltador	1	0	1
Auxiliar de serviços gerais	2	0	2
Pedreiro	2	0	2
Motorista de pesados	1	0	1
Cantoneiro de limpeza	50	0	50
Condutor de máquinas pesadas e veículos especiais	9	0	9
Mecânico	1	0	1
Coveiro	2	0	2
Motorista de ligeiros	2	0	2
Lubrificador	2	0	2
Motorista de transportes colectivos	1	0	1
Nadador salvador	2	2	4
Jardineiro	11	10	21

17. Acresce, ainda, o facto de os 41 lugares postos a concurso em Março último (e cujo Aviso identificámos no ponto nove) para contratos de trabalho temporários, por seis meses (eventualmente renováveis), muito embora se destinassem à ocupação de funções de carácter regular e permanente, contrariarem o disposto no nº 3, do artigo 6º, da Lei nº 12-A/2009, de 28 de Fevereiro (aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro).--
18. Atendendo ao cúmulo de inconformidades atrás denunciadas, não podemos deixar de referir que temos sérias dúvidas quanto ao efectivo cumprimento por parte da CMA de mais uma regra obrigatória a quando da constituição de novas relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado: a de que deverão iniciar esse recrutamento de entre trabalhadores já com vínculo dessa natureza previamente estabelecido (conforme determina o nº 4, do artigo 6º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro).-----
19. Isto porque é dito que «poderão candidatar-se os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, reúnam os seguintes requisitos: (...) sejam detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e também, no caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho, a trabalhadores com relação jurídica de emprego por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida», conforme consta do ponto 9.2 nos seguintes Avisos:-----
Nº 12.949/2009, Diário da República, 2ª Série, de 22-07-2009;-----
Nº 13.711/2009, Diário da República, 2ª Série, de 03-08-2009;-----
Nº 13.796/2009, Diário da República, 2ª Série, de 04-08-2009;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

- Nº 15.257/2009, Diário da República, 2ª Série, de 31-08-2009;-----
Nº 15.345/2009, Diário da República, 2ª Série, de 01-09-2009;-----
Nº 15.603/2009, Diário da República, 2ª Série, de 04-09-2009;-----
Nº 15.812/2009, Diário da República, 2ª Série, de 09-09-2009;-----
Nº 15.964/2009, Diário da República, 2ª Série, de 11-09-2009;-----
Nº 17.437/2009, Diário da República, 2ª Série, de 06-10-2009;-----
Nº 17.639/2009, Diário da República, 2ª Série, de 08-10-2009;-----
Nº 18.178/2009, Diário da República, 2ª Série, de 15-10-2009.-----
20. Ou que «poderão candidatar-se os indivíduos que, até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, reúnam os seguintes requisitos: (...) sejam detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado e também, no caso de impossibilidade de ocupação de todos ou alguns postos de trabalho, detentores de relação jurídica de emprego público por tempo determinado previamente estabelecidas», conforme consta do ponto 9.2 nos seguintes Avisos:-----
Nº 13.621/2009, Diário da República, 2ª Série, de 31-07-2009;-----
Nº 14.432/2009, Diário da República, 2ª Série, de 13-08-2009.-----
21. Ou seja, ao permitir que se apresentem a concurso, em simultâneo, candidatos sobre os quais recaem diferentes graus de preferência na ocupação dos lugares disponíveis, a CMA pode estar a incumprir uma disposição legal (por não respeitar, eventualmente, a respectiva ordenação) mas está, com toda a certeza, a cometer um acto de relevante injustiça ao reduzir, ou mesmo cercear, as hipóteses de colocação aos trabalhadores da autarquia que satisfaçam os requisitos para o efeito.-----
22. Como é o caso daqueles que investiram tempo e dinheiro na melhoria das suas qualificações académicas (a título particular, horário pós-laboral e sem nunca descurar os seus deveres para com a autarquia) e conseguiram, com esforço e dedicação, obter o grau de licenciatura, e até de mestre, mas que são discriminados no acesso aos postos de trabalho abertos para a sua área de qualificação.-----
23. Situação que, quando comparada com as centenas de reclassificações promovidas pela CMA em anos anteriores, incluindo as muitas dezenas (que ultrapassaram, até, a centena) efectuadas durante o ano transacto nas carreiras administrativa e de operário (Aviso nº 8.422/2008 e Aviso nº 30.904-A/2008, publicados no Diário da República, 2ª série, de 18 de Março e 31 de Dezembro de 2008, respectivamente), configura um claro e evidente desrespeito pelo princípio constitucionalmente consagrado do direito à igualdade de oportunidades.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

24. Direito este que se encontra, também, previsto no Código do Contrato de Trabalho em Funções Públicas (aprovado pela Lei nº 58/2009, de 11 de Setembro), em especial na parte do igual tratamento no que se refere à promoção profissional (artigo 7º do Regulamento).-----
25. Fica, assim, demonstrada a dualidade de critérios utilizada pela autarquia no tocante à matéria do reconhecimento da valorização profissional adquirida pelos seus trabalhadores: a uns permite a mobilidade inter-carreiras e a outros tem vindo a negá-la, de forma sistemática e sem fundamentação consistente, gerando insatisfação e instabilidade permanente entre os trabalhadores afectados, alguns dos quais até têm vindo a desempenhar, há vários anos consecutivos, funções equivalentes às do seu nível académico, embora a remuneração mensal seja a da categoria que detêm.-----

Finalmente, APRESENTAMOS TRÊS QUESTÕES que muito gostaríamos fossem respondidas pelo executivo:-----

1. Como todos sabemos, a celebração de contratos de prestação de serviços está condicionada à regra referida na alínea b), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (aplicada à Administração Local pelo Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de Setembro), o que tem vindo a levar à constituição de uma série de “empresas de fachada” apenas para que aqueles colaboradores passem a “pessoas colectivas” e as autarquias continuem a usufruir do seu trabalho.

No caso concreto de Almada:-----

A diminuição dos gastos na rubrica 01.01.07 (a qual, segundo o classificador económico das receitas e despesas das autarquias Locais — adaptado do classificador aprovado pelo Decreto Lei nº 26/2002, de 14 de Fevereiro, se destina ao pagamento de contratos de prestação de serviços tarefa e avença — celebrados a título individual) teve algum reflexo, por exemplo, no aumento da dotação da rubrica “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria” do capítulo da Aquisição de Serviços (02.02)?-----

2. Entre 2008 e a previsão para 2010, assistimos a uma redução significativa de cerca de 33% nos valores da rubrica 01.01.07, aquela por onde se processa o pagamento das avenças e das tarefas dos “trabalhadores a recibos verdes”, com contrato individualizado (isto é, que não são “pessoas colectivas”). No entanto, não nos parece que tenha havido uma equivalente diminuição da actividade municipal ao nível dos sectores onde estes colaboradores estavam inseridos, nomeadamente:-----

Administração Geral (Departamento de Recursos Humanos);-----

Obras e Valorização Urbana (Departamento de Obras Municipais e Departamento de Salubridade, Espaços Verdes e Transportes);-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Planeamento e Administração do Território (Departamento de Administração Urbanística e Departamento de Planeamento Urbano).-----

Pergunta-se:-----

Como se explica, então, esta situação?-----

Terão os concursos entretanto abertos suprido todas as carências de pessoal surgidas?-----

Sabe a CM se os avançados e tarefeiros cujos contratos não foram renovados (e dos quais nada se sabe pois a CMA continua a negar o acesso à informação sobre o assunto), e que contribuíram para a diminuição dos encargos globais naquela rubrica, terão sido candidatos aos concursos entretanto abertos para os postos de trabalho enquadráveis?-----

3. Sendo certo que a mobilidade não pode resultar, em exclusivo, do interesse do trabalhador e depende também da conveniência do serviço (que deve ser devidamente justificada em termos da sua eficácia e eficiência), atendendo a que muitos dos postos de trabalho colocados a concurso nos últimos meses são para áreas de qualificação para as quais existem vários requerimentos a solicitar mobilidade inter-carreiras de trabalhadores da autarquia que satisfazem os requisitos habilitacionais para o efeito, e tendo presente que:-----

Um dos objectivos enunciados nas Opções do Plano e Orçamento para 2010 no Eixo Sete é, precisamente, a “valorização das competências profissionais, da motivação dos trabalhadores e das equipas”, tendo em vista a “prestação de serviços públicos de qualidade”.-----

A promessa da Sr. Presidente de colocar como primeira prioridade ao nível da gestão municipal a desenvolver em 2010, “o bem-estar no trabalho, a qualidade dos recursos disponíveis, a melhoria progressiva das condições de trabalho de todos os trabalhadores da autarquia”.-----

Pergunta-se:-----

A CM vai continuar a recusar os pedidos de mobilidade inter-carreiras (anteriores reclassificações) para a área técnica superior como sempre tem feito até ao presente?-----

Considerando que, de entre aqueles trabalhadores que satisfazem os requisitos legalmente exigidos para transitarem de categoria e/ou carreira por esta via (da mobilidade interna), apenas vêm a sua pretensão insatisfeita aqueles que pretendem aceder à carreira técnica superior, quais são os critérios de suporte à decisão de indeferimento?-----

Independentemente dos esclarecimentos que nos venham a ser prestados, informamos, desde já, que o Bloco de Esquerda nunca poderá dar o seu aval expresso a esta proposta de Opções do Plano e Orçamento para 2010, incluindo o Mapa de Pessoal, pelo que nos iremos abster na respectiva votação.”-----

6.4.2.3 - Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Penso que numa Assembleia democrática se há uma pedra de toque é o direito à defesa daqueles que são atingidos durante as discussões. Houve uma referência muito clara, insistente e que eu penso que não pode ficar em claro ao Sr. Vereador Paulo Pedroso. Portanto eu requiero que nos termos do nº 3, do artigo 42º do Regimento da Assembleia Municipal lhe seja dada a palavra para que se possa pronunciar sobre as acusações que lhe foram feitas."-----

6.4.2.4 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Sr. Deputado penso que é nos termos do nº 3, aplica-se também o artigo 49º, mas tanto faz, o que importa é o espírito e a letra da Lei e do Regimento e a palavra é dada desde que o Vereador a solicite, caso haja uma ofensa à sua honra. Não me apercebi que assim tinha acontecido porque a Lei diz que os Vereadores podem intervir no exercício do direito da defesa da honra nos termos Regimentais."-----

6.4.2.5 - Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Se o Sr. Presidente me permite, para sustentar a minha intervenção, o artigo 42º, nº 2 diz o seguinte, a palavra é concedida aos Vereadores a solicitação do Plenário da Assembleia ou... E o Requerimento que eu apresentei à Mesa é nesse sentido, é no sentido de ser dada a palavra ao Sr. Vereador para se defender nesses termos e para que isso aconteça apresentei um Requerimento nos termos do artigo 46º, do Regimento."-----

6.4.2.6 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Então é outra coisa, não é o direito de defesa nos termos do nº 3, mas sim nos termos do nº 2, do artigo 42º."-----

6.4.2.7 - Sr. Deputado Municipal José Courinha Leitão:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Eu não invoquei o direito de defesa, Sr. Presidente, foi uma interpretação sua. Compreendo mas não foi essa a invocação que eu fiz. Eu invoquei, claro, e explicitamente estes artigos e estes números."--

6.4.2.8 - O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Muito bem o que o Sr. pretende é que aquele artigo que fala, "desde que haja solicitação do Presidente da Câmara ou por decisão do Plenário". Por isso o que pretende é o nº 2, do Regimento e nº 3 da Lei que diz a solicitação do Plenário ou com a anuência do Presidente da Câmara. Vamos então pôr a votação esta anuência do Plenário para uma intervenção do Sr. Vereador Paulo Pedroso.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.2.9 - Submetido o Requerimento para uso da palavra pelo Sr. Vereador Paulo Pedroso que foi aprovado por maioria com vinte e dois votos a favor de eleitos do PS, inclusive os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia ou seus representantes: da Charneca de Caparica e da Trafaria, de eleitos do PSD, inclusive o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica e de eleitos do BE), um voto contra (de eleito da CDU) e vinte e uma abstenções (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes de Junta de Freguesia ou seus representantes: Almada; Cacilhas; Caparica; Cova da Piedade; Feijó; Laranjeiro; Pragal e Sobreda).-----

6.4.2.10 - O Sr. Vereador Paulo Pedroso:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Muito obrigado ao Plenário, serei breve, não vou abusar da oportunidade que o Plenário me concedeu e vou cingir-me expressamente às questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Luís Filipe Pereira. O Sr. Deputado fez uma referência que diria que é de personalidade, não foi uma ofensa, não me sinto ofendido, mas uma referência de personalidade dizendo, chamando-me de caprichoso e que eu como que cheguei ouvi e venci. Eu queria dizer ao Sr. Deputado, como sabe, nós nos conhecemos nesta mesma Assembleia, não ontem, não anteontem não há um ano, não há dez, mas há cerca de vinte, quando o Sr. era Deputado Independente nas listas da CDU e eu Deputado eleito pelo Partido Socialista. Portanto, há muitos anos que nos conhecemos. Aqui ninguém chegou ouviu e venceu, aqui o povo decidiu e quem ganhou, ganhou e quem perdeu, perdeu. Mas a questão de fundo que o Sr. Deputado coloca tem a ver com outra coisa. O Sr. Deputado acha que o PS quis dizer ao Bloco de Esquerda como é que devia de votar. Eu devo dizer-lhe que o PS não tem essa atitude, aliás nós no PS estamos habituados a que o Bloco de Esquerda acha que sabe como é que o PS deve agir, mas não temos essa atitude em relação ao Bloco de Esquerda. O que nós achamos que se passou na aprovação das Grandes Opções e Orçamento é que não há maioria absoluta da CDU neste momento. É que a decisão que foi tomada podia ter sido melhorada pelos Vereadores. É que na Câmara devem ser apresentadas propostas de alteração à proposta inicial de modo a que o resultado reflecta o conjunto das forças políticas. É que nós não nos queixamos do método seguido pela CDU, porque nós achamos que a CDU agiu no estrito cumprimento da Lei e diria acima dos mínimos obrigatórios, queria fazer aqui este cumprimento à Sr.^a Presidente, pelo menos com o PS acima dos mínimos obrigatórios, nós não temos nenhum problema de método com a discussão do Orçamento, o que nós temos é que todas as melhorias que podiam ter sido introduzidas deixaram de o ser porque o Bloco de Esquerda em declaração escrita preparada antes do início da reunião, (eu espero que a Sr.^a Presidente consiga ouvir-me, como eu consigo ouvir a Sr.^a Presidente, o que acontece é que o Bloco de Esquerda em declaração escrita apresentada no início da reunião na sua primeira intervenção deu a garantia de



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

que se absteria acontecesse o que acontecesse, com isso exonerando a CDU de ter que incorporar toda e qualquer alteração de todo e qualquer Vereador. Não se trata sequer de pedir ao Bloco de Esquerda que concordasse com as propostas do PS, não se trata de pedir ao Bloco de Esquerda que concordasse com as propostas do PSD, não se trata de pedir ao Bloco de Esquerda que concordasse com as suas próprias propostas que não fez. O que se trata aqui é dizer isto, o Bloco de Esquerda no entendimento do Partido Socialista ao entrar no debate das Grandes Opções e Plano para 2010, com o anúncio de abstenção e sem propostas, devolveu à CDU o que os eleitores lhe tiraram, foi isso que aconteceu e é isso que eu com toda a frontalidade lhe quero dizer Sr. Deputado, não se trata de dar nenhuma lição ao Bloco de Esquerda, quem sou eu para dar lições a quem quer se seja. Eu humildemente recebo lições de toda a gente, do Bloco de Esquerda, da CDU, do PSD e do CDS, não tenho nenhum problema com isso. O que se trata é dizer isto, os eleitores elegeram cinco Vereadores da CDU, a CDU teria que ter ouvido e ponderado a incorporação de propostas de todos os Partidos antes de ter uma decisão final e o Bloco de Esquerda ao anunciar no início da Reunião que se abstinha fez com que a CDU fosse exonerada dessa responsabilidade, fez com que, como acabou de acontecer, com o voto de qualidade da Sr.^a Presidente a CDU tivesse a devolução pela mão do Bloco de Esquerda aquilo que os eleitores lhe retiraram. É só isto que eu disse, repito e mantenho, Sr. Deputado."-----

6.4.2.11 - A Sr.^a Deputada Municipal Luísa Ramos:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos a analisar, discutir e aprofundar uma visão estratégica para o desenvolvimento progressista do nosso Concelho, um projecto autárquico articulado e harmonioso em que o objectivo central é contribuir, no âmbito das suas competências, para a melhoria da qualidade de vida das populações.-----

As Opções do Plano para 2010, prossegue um caminho em que o planeamento municipal, no quadro dos objectivos estratégicos, rompeu com acções e intervenções casuísticas, herdadas do fascismo, que ainda dificultam a recuperação de partes do nosso território.-----

Este plano contém as linhas de orientação gerais para os próximos quatro anos, sistematizado em sete grandes eixos, sendo obviamente o ano de 2010, o início deste novo ciclo autárquico.-----

Relativamente ao Eixo nº 1 - Renovação Urbana e Desenvolvimento Sócio-Económico valorizamos as opções encontradas para a requalificação urbana de vários territórios, nomeadamente para Cacilhas, Almaraz/Ginjal, Trafaria, Almada Poente - Cidade Aberta e ainda o cumprimento integral do Plano de Desenvolvimento Estratégico do Polis da Costa da Caparica e de Almada Nascente - Cidade da Água e o estudo urbanístico para o Rato; Laranjeiras com o Plano de Pormenor do Chegadinho. A reabilitação urbana designadamente nos núcleos históricos e no vastíssimo



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conjunto de projectos no Quadro e Referência Estratégica Nacional (QREN) assegurando a elaboração de novos dossiers de candidatura aos Fundos Comunitários e outros programas europeus de co-financiamento está bem identificada.-----

Também a conservação e manutenção do parque habitacional camarário prossegue com a concretização do Plano Plurianual de Conservação.-----

Quanto às medidas com vista à resolução dos complexos processos e problemas resultantes da ocupação clandestina de áreas do Concelho garante-se o máximo apoio técnico às associações de proprietários para dinamizar os processos de reconversão das AUGI's. Aliás é de realçar que cerca de 50% já estão resolvidos, dos outros perto de 70% têm o processo de reconversão em curso não havendo, para alguns dos restantes, problemas difíceis de ultrapassar, seja porque estão em zonas não passíveis de reconversão, como por exemplo linhas de água, Reserva Agrícola ou Rede Ecológica Nacional (REN e RAN), e outras em que associações de proprietários ainda têm dificuldade de entendimento entre si.-----

Por isso é fundamental prosseguir o caminho iniciado pelo nosso Município que proporciona igualmente a coesão das comunidades locais, através da inserção de associações culturais e desportivas.-----

Naturalmente que numa visão de planeamento estratégico, articulado e coerente não pode faltar um Plano de Mobilidade e Acessibilidades que apesar de estar desenvolvido no Eixo 3, não pode ser omitido do contexto do eixo em análise.-----

Assim, as novas acessibilidades, a construção de mais parques de estacionamento associados à criação de interfaces dos transportes públicos, o trabalho junto dos operadores para a sua articulação e melhoria da oferta, que a construção da Casa da Mobilidade de Almada para dar contributos importantes para, não só, a diminuição do uso do transporte individual com todos os benefícios ambientais e energéticos associados, mas para uma melhor e eficaz mobilidade das populações e potenciadora, a par de outros incentivos à dinamização económica, fixando novas empresas e actividades no Concelho.-----

O apoio à promoção do comércio tradicional, a isenção em 100% da taxa de urbanização para empresas de base tecnológica e de 80% para outras indústrias, a isenção do pagamento da derrama para as pequenas empresas, a promoção da rede de Mercados Municipais e pugnar pela qualificação e valorização da actividade piscatória tradicional do nosso Concelho, é sem dúvida, um valoroso contributo para o desenvolvimento sócio-económico, na defesa dos postos de trabalho existentes e sobretudo para a criação de novos.-----

Finalmente este é um eixo que merece o nosso apoio pela forma competente, coerente e articulada e abrangente das prioridades nele contidas, isto é, um Concelho desenvolvido e solidário."-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

6.4.2.12 - O Sr. Deputado Municipal Luís Varela Pais (PSD):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

A maioria relativa CDU, saída das eleições autárquicas de 11 de Outubro, apresenta à aprovação desta Câmara as Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2010.-----

Se por si só, os documentos à nossa discussão são um dos marcos mais importantes da vida autárquica, pois neles são relevante as linha de acção que irão enquadrar as Opções Políticas do Executivo, maior relevância tomam quando este é o primeiro documento de um executivo de maioria relativa recém eleita.-----

Primeiro documento, o que significa a demonstração, também primeira, exequibilidade das Opções Políticas sufragadas e as linhas mestras do mandato que agora se inicia.-----

Por norma este documento visa também tipificar a vontade do voto, vontade essa que em Almada em 2009 elegeu um Executivo que se pretendeu de diálogo e consensos, uma vez que, voto esse, na situação actual, retirou à CDU a decisão unilateral de apontar caminhos únicos e manditou os eleitos ao Executivo para um caminho de abertura a outras propostas, que não desvirtuando o programa sufragado, deveriam contribuir para o bem único de genericamente melhorar a qualidade de vida dos nossos concidadãos.-----

Quis o acaso que em 2009 se juntassem dois actos eleitorais, cujas consequências práticas para os portugueses são as que mais afectam a vida quotidiana, seja pela eleição de uma Assembleia e consequentemente a escolha de um Executivo para liderar os destinos do País ou a escolha dos representantes autárquicos.-----

No comparativo entre o Nacional e o Local (Almada) em ambos os casos os eleitores decidiram pela maioria relativa, maioria de co-responsabilização entre poder e oposição, nos destinos e gestão do bem público.-----

Em ambos os casos, pensaram os eleitores que estava na altura de pôr fim à intransigência de opções, pôr fim à negação de propostas válidas da oposição por uma ... arrogância de poder absoluto autárquico democrático sem que o objectivo último de coexistência e encontro de vontades para assim caminhar na melhoria da qualidade de vida, estivesse acautelado.-----

Se pensaram, enganaram-se, porque em Almada uma vez mais a CDU governa só.-----

O exemplo de outras autarquias da Área Metropolitana de Lisboa, para não irmos mais longe, onde Executivos mesmo em situação de maioria absoluta partilham com a oposição o espaço de governação em Almada não colhem.-----

E assim, Sr.^{as} e Srs. Deputados, somos confrontados logo na página introdutória destas Opções do Plano com a branqueadora frase "a visão estratégica é aglutinadora da grande maioria dos



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

conceitos colocados à reflexão nas eleições autárquicas, pelas diferentes vontades políticas", ou mais à frente, "incorpora também a grande maioria das ideias de outras forças políticas".-----

Gostaria de saber se o Executivo CDU acredita realmente naquilo que escrever, ou se a restante oposição se revê nestes considerandos, já vimos que o Bloco de Esquerda se revê.-----

Pelo PSD, em nome do qual respondemos, foram totalmente ignoradas propostas concretas, sérias, fruto de um longo trabalho de rua, a ouvir a nossa população os seus anseios e expectativas, lamentações ou esperanças.-----

Foi nos ideias do reformismo democrático que nascemos e crescemos, e foram nestas ideias que pensamos séria e lealmente na transformação das ideias políticas em prática. Ideias e prática como as propostas colocadas à consideração do Executivo, tais como:-----

- Revisão do Plano de Acessibilidades;-----
 - Programa de Requalificação dos Espaços do Comércio Local;-----
 - Programa Integrado de Reabilitação e Requalificação Urbana;-----
 - Programa Especial de Regularização das AUGI's:-----
- etc., etc., etc. ... -----

O PSD em Almada já demonstrou que o seu combate se faz na luta pela melhoria da qualidade de vida das suas populações sem demagogia, sem rasteiras políticas, sem difamações, sem enviesamentos ou interpretações grosseiras de actos ou acções com fins eleitoralistas ou clientelistas.-----

O PSD já demonstrou ao nosso povo que os seus inimigos são a dificuldade de mobilidade no Concelho, a falta de limpeza e salubridade urbana, a degradação do património habitacional municipal, e a falta de segurança.-----

Essas são por norma as nossas Moções, essas são por norma as nossas propostas, esses são por norma os nossos programas.-----

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados-----

As grandes Opções do Plano e o Orçamento da Câmara Municipal de Almada - 2010, aqui em discussão são na nossa interpretação o resultado de um exercício unilateral da CDU que não demonstra um esgar de sensibilidade ao acolhimento de alguns pilares sérios para a construção futura do nosso território.-----

Pensamos que o povo de Almada não sai vencedor com este Orçamento e Opções de Plano que de mais apenas têm mais do mesmo, não aponta nenhuma positividade que poderia muito bem ter sido o contributo da criatividade, da modernidade democrática das propostas desta oposição PSD.--

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados-----

O ano de 2010 será o Ano Europeu do Combate à Pobreza.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

O combate deverá ser de todos, numa frente onde a Autarquia cada vez mais é chamada a participar. Infelizmente a pobreza tem várias faces e várias causas da face declarada à envergonhada, as IPSS, as paróquias e outros actores foram os primeiros a serem chamados e procurados, Hoje, no auge desta crise, também ela de valores, as Autarquias são procuradas a ajudar a facilitar, a colmatar os espaços e os laços da solidariedade.-----

É verdade que por via da Acção Social Escolar, Almada participa e apoia, mas mais uma vez mas As Grandes Opções do Plano e Orçamento 2010 perderam uma oportunidade de consagrar no seu âmago Programas Específicos de Coesão Social, o que não se substituindo ao actor principal Estado, pode desempenhar um papel fundamental na procura de soluções de proximidade uma chaga como o desemprego.-----

Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados-----

As Grandes Opções e o Orçamento 2010, documento que concordamos, preparado num curto espaço de tempo por via das eleições ocorridas a 11 de Outubro é insuficiente, carece de soluções para a gestão moderna do nosso município, não alcança as soluções para os problemas actuais do nosso Município, e infelizmente carecem na sua formação de uma vontade séria de recepção de contribuições do PSD."-----

6.4.2.13 - O Sr. Deputado Municipal Fernando Pena (CDS-PP):-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

Estamos num mundo globalizado que alterou o quotidiano e as relações ergonómicas, rompeu barreiras geográficas e rasgou novos espaços de liberdade.-----

A qualidade de vida, o sistema educativo, o acesso ao conhecimento, a capacidade de gerar e atrair novas ideias, as pessoas e a sua identificação com a cidade, são factores de diferenciação das cidades modernas.-----

Neste mundo globalizado é fundamental assumir as diferenças locais. Almada poderia e deveria ser um local onde se geram ideias inovadoras, uma cidade comprometida com o futuro e que atraia pessoas e projectos. Ou somos capazes de criar conhecimento ou dependeremos do conhecimento gerado por outros. Ou somos capazes de ombrear com outras metrópoles mundiais, ou ficaremos à margem.-----

Ou somos capazes de nos superar com criatividade e valores, ou não conseguiremos responder aos desafios do século XXI.-----

O rio, o mar, as praias, a floresta, as terras agrícolas, o património histórico, arqueológico e natural, a paisagem e as práticas ancestrais são, além disso, mais-valias económicas que geram competitividade.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Já o disse repetidamente. Os 35 anos de poder comunista em Almada produziram intervenções relevantes. Mas com um erro estratégico ruinoso quando, em sede de PDM, assumiu a construção como o grande desígnio do Concelho.-----

Analise-se o Orçamento para 2010 e verifica-se como mais de metade das receitas ordinárias provêm do sector imobiliário.-----

Sob a lógica do betão, tem crescido uma cidade desordenada, suja, esmagada por construção sem regras nem limites, de costas voltadas para o rio e para o mar, salpicado por rotundas e remendo de relva, sem espaço público generoso e aprazível, tantas vezes rendido ao vandalismo.-----

Negligenciou-se o património e destruiu-se a paisagem e, com ela, a memória das nossas gentes e parte importante da nossa identidade.-----

Num Concelho que se quer solidário, há crianças que ainda caminham 4 km em enterradas em lama u pó para chegar à sua escola.-----

Num Concelho que se quer solidário, há territórios abandonados, com transportes públicos a vários quilómetros, onde os táxis se recusam a ir e onde as ruas são desconhecidas de bombeiros e forças de segurança.-----

Num Concelho que se quer sustentável planeia-se o saque derradeiro à reserva agrícola, à reserva ecológica, e à reserva botânica e à paisagem protegida, em nome de um estrada inútil que mais não pretende que abrir as portas a mais um foco de especulação imobiliária.-----

Num Concelho que se quer eco-eficiente, nada se faz para o gritante desperdício de água potável, um bem demasiado precioso para ser negligenciado.-----

Num Concelho que se quer solidário, há idosos abandonados nos lares, cidadãos que têm medo de sair à rua e privações sócio materiais das mais elevadas na Área Metropolitana de Lisboa.-----

Num Concelho que se quer sustentável, o programa mais emblemático - o Polis da Caparica - acentua a pressão imobiliária e viária sobre o litoral e corresponde a uma estratégia profundamente errada e insustentável económica e ambivalente.-----

Num Concelho que se quer solidário, os cidadãos e as empresas são sobrecarregados com impostos e taxas injustas que inibem a livre iniciativa e afligem as famílias, e são confrontados com uma máquina autárquica gorda, lenta e que não responde no tempo devido.-----

O documento hoje apresentado, apresenta generosas linhas de orientação, muitas das quais parecem reconhecer os erros passados e abrir portas à sua correcção com políticas de ruptura.-----

Estrutura ecológica municipal, corredores verdes, reabilitação urbana, desenvolvimento do turismo, valorização da actividade piscatória, agricultura urbana, recuperação de património cultural, são linhas em que o CDS há muitos anos se revê.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No entanto, o plano plurianual de investimentos e o orçamento para 2010 não materializam de todo as linhas de orientação geral. E é este que está em votação."-----

Diz a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada que estamos na linha da frente dos Concelhos mais desenvolvidos de Portugal. Não sei com base em que indicadores, ou se é apenas a manifestação de um desejo desmentido pela realidade.-----

E este discurso ficciona um Concelho que confronto com a realidade da vida dos cidadãos e com um planeamento a retalho que continua a exhibir erros estratégicos graves que comprometem o futuro de Almada. O Plano Plurianual de investimento e o Orçamento para 2010 não mostram a Almada mais sustentável, solidária e eco-eficiente que as opções do plano anunciam.-----

Vamos votar factos e não alegadas boas intenções. E estes não trazem novidades relativamente às décadas que antecederam este Executivo.-----

O CDS não pode por isso deixar de se opor a este documento."-----

6.4.2.14 - O Sr. Deputado Municipal Sérgio Taipas:-----

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;-----

AS OPÇÕES do PLANO e ORÇAMENTO 2010 e a Educação, a Juventude, a Cultura, o Desporto, a Acção Social-----

Também no domínio da Educação, Juventude, Cultura, Desporto e Acção Social, as opções do Plano 2010 garantem a continuidade e aprofundamento de um projecto em curso e desenham a execução coerente e planificada dos anteriores e novos compromissos assumidos com a população do município, recentemente sufragados e cujo cabal cumprimento é, como sempre, ponto de honra. Disto nos dão conta mais específica os pontos 4 e 5 de desenvolvimento das opções, mas uma análise atenta da intervenção nestas áreas exige uma leitura transversal cruzada com referências em todos os outros eixos do Plano, visto que de uma política global e integrada se trata.-----

Educação-----

O Plano coloca a educação bem no centro das políticas locais de desenvolvimento, desde logo como direito de todos os cidadãos, viabilizando metas de uma escola pública gratuita e de qualidade para todos e considerando a necessidade da educação e formação ao longo da vida. De igual modo considera e valoriza o papel crescente da educação, da ciência, da investigação e da tecnologia no processo produtivo e no desenvolvimento social global.-----

Entre muitas outras medidas, haverá que salientar a continuação do muito significativo investimento no parque escolar e da sua expressiva requalificação, no contexto da permanente avaliação da Carta Educativa, visando a garantia da “escola a tempo inteiro” e alargando a oferta do pré-escolar.



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No âmbito da acção social escolar relevam os apoios aos mais carenciados (refeições gratuitas, transportes de crianças com mobilidade reduzida) e a intervenção educativa integrada em zonas de especial carência económica.-----

O Plano prossegue e aprofunda a cooperação institucional com o Pólo de Ensino Universitário e Politécnico, afirmando a intencionalidade de Almada como “Cidade do Conhecimento” e aponta como objectivo de continuidade a inovação pedagógica e a ligação da escola à vida da comunidade, quer através do PAC (Plano de Acção Cultural), em articulação com os projectos educativos das escolas básicas e secundárias, quer pela gestão integrada dos equipamentos municipais e pela concretização de qualificada programação de actividades socioeducativas.-----

Juventude-----

O Plano propõe-se continuar e aprofundar o apoio a iniciativas promovidas pelos jovens e suas associações e a projectos por eles apresentados, prosseguir o apoio sustentado a associações juvenis e iniciativas empresariais de jovens, alargar a rede de infra-estruturas juvenis e os programas e actividades das Casas Municipais, onde os jovens são o próprio sujeito da acção e a partir das quais se desenvolvem inúmeras acções de formação. Propõe-se dinamizar políticas sociais de habitação que incentivem e viabilizem a fixação da população jovem nas zonas históricas e, no quadro das suas competências e possibilidades, contribuir para a criação de emprego para os jovens.-----

Cultura-----

“O homem culto é aquele que sabe quem é, onde está, o que quer e para onde vai”. Assumindo esta definição de Bento de Jesus Caraça, poderemos desde logo afirmar que o Plano para 2010 identifica cultura com cidadania e participação, ao mesmo tempo que colhe os benefícios de décadas de trabalho responsável pelo facto de a expressão da actividade cultural no concelho de Almada, sendo uma forte tradição de sempre, tenha hoje, pela força da quantidade e qualidade das suas realizações, reconhecimento nacional e internacional.-----

As opções do Plano propõem-se prosseguir e aprofundar a preservação e salvaguarda do património, alargar a rede de equipamentos municipais de cultura, consolidar as iniciativas que constituem grandes eventos do município, no campo do teatro, da música e da dança.-----

Numa estratégia de equilíbrio entre beneficiar o Concelho com uma intervenção cultural altamente qualificada e garantir condições e oportunidades para o desenvolvimento cultural endógeno, o Plano propõe-se “promover Almada como território da cultura e da criatividade, mantendo um apoio regular e sistemático aos projectos e actividades nas diferentes áreas artísticas e culturais” dos cada vez mais numerosos intervenientes nestas áreas, com destaque para associações com intensa participação de jovens.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

Desporto-----

Desporto para todos, viabilizando o acesso à prática do exercício físico como instrumento de saúde e bem-estar é a opção política nodal do Plano, a que se subordinam as acções específicas que se propõem continuar a alargar a rede de infra-estruturas desportivas municipais, assegurando a qualidade dos serviços prestados e ampliando o acesso às práticas desportivas. Esta política concretizar-se-á, também pela continuidade do expressivo apoio ao movimento associativo desportivo que, tal como acontece no campo cultural, se dirige ao alargamento e requalificação dos seus equipamentos e instalações próprios, ao apoio a projectos e actividades autónomas e a acções de formação.-----

Saúde e Acção Social-----

As linhas de rumo de uma política de garantia de maior justiça social, numa sociedade marcada por profundas desigualdades, deverão concretizar-se em respostas sociais aos grupos mais vulneráveis, em medidas de discriminação positiva, de integração, inclusão e solidariedade.-----

“Assegurar a implementação do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Almada” é definido como instrumento estratégico de combate à pobreza e exclusão social e da promoção da igualdade de oportunidades entre cidadãos.-----

Na continuidade do que tem sido a relevante intervenção da autarquia, no âmbito das suas competências nesta área, que muitas vezes constroem a possibilidade de agir mais sobre as causas, que obviamente as transcendem, o Plano aponta para a continuidade e aprofundamento do trabalho integrado com os agentes sociais locais, garantindo apoio técnico e financeiro à construção de equipamentos e intervindo activamente nos projectos e acções dirigidos à infância, aos idosos, aos cidadãos deficientes, aos imigrantes, aos sem-abrigo.-----

O plano propõe-se continuar a intervir no quadro da defesa do serviço nacional de saúde, reivindicando e cooperando com a melhoria de acesso e da qualidade dos serviços prestados.-----

Transversalidades-----

Em todas estas áreas de intervenção, o Plano propõe-se, para além do desenvolvimento das actividades que lhe são próprias agir junto do poder central para que o nosso município seja dotado de recursos e condições necessárias e justas, muitas delas há muito reivindicadas ou que aguardam o cumprimento de promessas adiadas.-----

A centralidade destas áreas na economia das opções para 2010 não se exprime apenas nos tópicos referidos mas numa perspectiva global de intervenção integrada, que atravessa todos os seus eixos de desenvolvimento.-----

Brevissimamente refira-se, a título de exemplos.-----



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

No eixo 1, a dinamização sócio-cultural inserida em muitos dos projectos de desenvolvimento sócio-económico, os importantes projectos integrados no programa POLIS XXI referidos no ponto 1.18. No eixo 2, a afectação de recursos e o desenvolvimento de múltiplos projectos de educação ambiental, entre os quais o Projecto Agenda 21 da Criança. No eixo 3, as medidas de mobilidade urbana incluindo a rede ciclável e a continuação da importante expressão da arte pública. No eixo 6, as medidas respeitantes a uma sociedade da informação, do conhecimento e da participação, a edição de publicações temáticas, estudos e resultados de trabalhos de investigação, a cooperação com as universidades, movimento associativo, escolas e agências de desenvolvimento local. No eixo 7, as redes de parcerias nacionais e internacionais no âmbito do serviço público, a formação profissional e valorização dos trabalhadores da autarquia, a par do apoio social que lhes é devido.--

Conclusão-----

No contexto do exercício limitado do poder local numa sociedade de contradições e desigualdades acentuadas, das dificuldades estruturais do país, de uma lei das finanças locais adversa, de ter que remar muitas vezes contra marés e no quadro referencial das competências do poder local e não de outras, é com enorme convicção e confiança que afirmamos que também nas áreas referidas nesta intervenção as Opções do Plano para 2010 nos dão todas as razões para um voto favorável.-

7 - Considerando o adiantado da hora, a Assembleia Municipal decidiu interromper os trabalhos realizando-se dia 21 de Dezembro a terceira reunião.-----

8 - Foi verificada a presença dos Jornalistas Sr.^a Sandra Carvalho (Agência Lusa); Boletim Municipal; Susana Mendes (Notícias de Almada) e de oitenta e cinco Srs. Múncipes.-----

9 - Verificou-se também a presença na Reunião da Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssima Senhora Maria Emília Guerreiro Neto de Sousa, dos Vereadores Excelentíssimos Senhores: Maria Amélia de Jesus Pardal; José Manuel Raposo Gonçalves; Rui Jorge Palma de Sousa Martins; António José de Sousa Matos; Paulo José Fernandes Pedroso; Maria Teodolinda Monteiro Silveira; António Manuel Veiga dos Santos Mendonça Mendes; Nuno Filipe Miragaia Matias; Jorge Manuel Bonifácio Pedroso de Almeida; Helena Maria Gomes Oliveira;-----

10 - Foi requerido a aprovação da Minuta da Acta que lida e submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

11 - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 19 de Dezembro de 2009.-----

12 - Por ser verdade se elaborou a presente Acta, que vai ser assinada pela Mesa.-----

O PRESIDENTE _____

O 1º SECRETÁRIO _____

O 2º SECRETÁRIO _____